



A Produção
do Viver

Cadernos Sempreviva

Uma publicação da SOF – Sempreviva Organização Feminista

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania

1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)
8. A Produção do Viver: Ensaios de Economia Feminista

Série Saúde e Direitos Reprodutivos

1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

SOF Sempreviva Organização Feminista

A produção do viver: ensaios de economia feminista / Nalu Faria (org.), Miriam Nobre (org.). São Paulo : SOF, 2003. 104 p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7).

ISBN 85-86548-10-3

1. Economia 2. Feminismo 3. Trabalho 4. Segurança alimentar 5. Economia solidária I. Título

CDU – 338:396

ISBN 85-86548-10-3



9 788586 548109

CADERNOS SEMPREVIVA

Textos para a ação feminista

A Produção do Viver Ensaios de Economia Feminista

MIRIAM NOBRE

NALU FARIA

(ORGS.)


SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

São Paulo, 2003

SOF – Sempreviva Organização Feminista

Diretoria

Presidente: Marilane Oliveira Teixeira
Vice-Presidente: Valéria Maria de Massarani
1.ª Secretária: Alice Mitika Koshiyama
2.ª Secretária: Eloisa Gabriel dos Santos
1.ª Tesoureira: Maria Luiza da Costa
2.ª Tesoureira: Rosangela Dias Oliveira da Paz
Conselho Fiscal: Maria das Graças Jesus Xavier Vieira, Ângela das Graças Oliveira Santos, Jorge Kayano (Suplente)

Equipe Técnica

Nalu Faria (coordenadora geral)
Miriam da Silva Pacheco Nobre (coordenadora de programa)
Maria Otília Bocchini
Neide Yamaguchi
Marcia Regina Santos Sardinha
Sonia Maria Coelho Gomes
Háldia Delbucio
Fernanda Estima
Júlia Di Giovanni
Bruna Pastro Zagatto

Equipe Administrativa

Láís Sales Costa (gerente administrativa)
Ingrid Otília de Oliveira

Apoio e Manutenção

Antônio Pinheiro Maciel Filho
Ilza Pereira de Oliveira
Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros
CEP 05417-080 São Paulo SP Brasil
Tel./fax: (11) 3819-3876
correio eletrônico: sof@sof.org.br
http://www.sof.org.br

Edição

Edição de texto e editoração (miolo): Morissawa Casa de Edição
Capa: Carla Sarmento

Esta publicação teve apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

Impressão e fotolitos: GraphBox Caran Fotolito e Gráfica
Tiragem: 3.000 exemplares

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| <i>Apresentação</i> | 7 |
| ◆ A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? / CRISTINA CARRASCO | 11 |
| A lenta recuperação dos processos de vida e reprodução | 14 |
| Tempo de cuidado, tempo de mercado: conciliação ou priorização? | 29 |
| As mulheres acompanham a vida | 40 |
| Possíveis cenários futuros | 43 |
| ◆ O “produtivo” do trabalho reprodutivo / MARTHA ROSEMBERG | 50 |
| ◆ Políticas de alimentação e papéis de gênero: desafios para uma maior equidade /EMMA SILIPRANDI | 56 |
| As livres escolhas dos consumidores no campo alimentar | 57 |
| Alimentação, trabalho doméstico e produção X reprodução: o debate teórico do feminismo | 69 |
| As mulheres nas propostas de políticas de segurança alimentar | 75 |
| Considerações finais | 85 |

| | |
|--|-----|
| ◆ Diálogos entre economia solidária e economia feminista / MIRIAM NOBRE | 91 |
| Elementos da agenda feminista no debate econômico | 95 |
| Elementos da economia solidária que nos ajudam a enfrentar as desigualdades de gênero | 97 |
| Como conclusão | 100 |

APRESENTAÇÃO

Este novo Caderno Sempre Viva reflete nossa atuação como integrantes da Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia e animadoras da Rede Economia e Feminismo.

Nestes últimos anos exercitamos um olhar a partir da proposta da economia feminista de mudar o paradigma para, como nos diz Cristina Carrasco, “olhar, entender e interpretar o mundo da perspectiva da reprodução e da sustentabilidade da vida” (p. 44 deste Caderno). Dedicamo-nos a uma intensa e compartilhada leitura de economistas feministas, tarefa facilitada pelo livro *Mujeres y economía*, que Cristina organizou como referência às suas aulas de Economia Feminista na Universidade de Barcelona¹. Percebemos que a crise na sociedade e na economia capitalista é também uma crise em seu modelo de reprodução baseado na utilização do tempo de trabalho das mulheres como um recurso inesgotável. As respostas do sistema a essa crise têm sido invariavelmente as mesmas: mais tecnologia, mais mercado. Vemos isso nos processos de industrialização da natureza, como a transgenia, e do corpo das mulheres, como os contraceptivos hormonais invasivos e as cirurgias plásticas que moldam um corpo supostamente perfeito. O controle se concentra nas mãos de poucos. Na ponta estão as chamadas indústrias da vida: as transnacionais farmacêuticas, as produtoras de sementes e agroquímicos, as alimentares... Também o vemos no aumento

¹ Barcelona, Icaria/Antrazyt, 1999.

do emprego doméstico como possibilidade de trabalho remunerado para tantas mulheres e como sintoma de concentração de renda e estratificação da sociedade.

Contra essas manifestações e suas causas é que temos trabalhado o tema da mercantilização do corpo, das relações interpessoais e da própria vida. Esse é o debate que se expressa na chamada “Somos mulheres, e não mercadoria”, cantada pelas ativistas da Marcha Mundial das Mulheres em manifestações públicas por todo o país.

Refletir sobre o que está em jogo na chamada esfera da reprodução em acordos de livre comércio, como a Alca e a OMC, e resgatar o que há de objetivo e subjetivo na reprodução são exercícios que nos têm ajudado a romper as dicotomias objetivo/subjetivo, produção/reprodução, trabalho assalariado/trabalho doméstico.

Por isso o título deste Caderno, *A produção do viver*, que tomamos emprestado de um texto escrito por Helena Hirata e Philippe Zarifian sobre o conceito de trabalho². Esse empréstimo é uma referência e uma homenagem. Os estudos de Helena Hirata e do Gedisst (Grupo de Estudos da Divisão Internacional Social e Sexual do Trabalho) sobre divisão sexual do trabalho têm sido relidos por nós em diálogo com as autoras economistas.

Os artigos deste Caderno são produto de exercícios entre diferentes referências teóricas, entre teoria e prática, o que se percebe na forma como foram produzidos e como vêm sendo difundidos.

Os textos de Cristina Carrasco e Martha Rosemberg são produtos de suas intervenções no Seminário Mulheres e Trabalho: Realidades e Propostas para a Mudança, que aconte-

² O conceito de trabalho. In: Emilio, Marli; Teixeira, Marilane; Nobre, Miriam; Godinho, Tatau (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

ceu nos marcos do II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no mês de janeiro de 2002. O Seminário foi organizado pela REMTE, em conjunto com o Grupo de Trabalho de Gênero do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso) e com a Marcha Mundial das Mulheres. Ambos foram originalmente publicados em espanhol, no livro *Mujeres y trabajo: cambios impostergables*, em janeiro de 2003³, e alimentaram o debate na REMTE durante este ano.

O artigo de Emma Siliprandi foi escrito em diálogo com o grupo de reflexão Feminismo e Economia, animado pela SOF. Sua parte final, “As mulheres nas propostas de políticas de segurança alimentar”, foi debatida na oficina Gênero, Agroecologia e Soberania Alimentar, que aconteceu no Fórum Social Brasileiro, em novembro de 2003, organizada pelo grupo de trabalho Gênero e Agroecologia, pela Rede Economia e Feminismo e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar. Essa parte foi incluída como texto de referência para a Conferência de Segurança Alimentar, a ser realizada no Estado de Minas Gerais em dezembro de 2003, e estará em sintonia com o processo nacional de definição estratégica de uma política de segurança alimentar.

Finalmente o artigo de Miriam Nobre é produto dos debates sobre economia solidária realizados no grupo de reflexão e no Seminário Trabalho e Renda: Perspectivas para as Mulheres, que a Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura Municipal de São Paulo organizou em agosto de 2003. O Seminário reuniu gestores públicos de vários municípios e do governo federal e militantes de movimentos das áreas

³ León, Magdalena. *Mujeres y trabajo: cambios impostergables*. Porto Alegre, REMTE [Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía]; MMM [Marcha Mundial de Mujeres]; Clacso [Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales]; Alai [Agencia Latinoamericana de Información], 2003.

de mulheres, de trabalho e de economia solidária para discutir propostas de políticas de inclusão social que enfrentem as desigualdades de gênero.

A SOF vem atuando em conjunto com a Rede Economia e Feminismo, na perspectiva de difundir a teoria econômica feminista, que estudamos intensamente no sentido de utilizá-la como mais um instrumento para aguçar o olhar sobre as vivências atuais das mulheres e de nos fortalecermos na transformação das práticas e normas que restringem a autonomia das mulheres e criam e recriam desigualdades.

Esperamos que a leitura deste Caderno nos permita compartilhar ainda mais esse processo. Agradecemos a todas as mulheres que o têm realizado conosco, em particular ao grupo de reflexão Economia e Feminismo, do qual participam conosco: Anita Oliveira, Beth Cardoso, Cláudia Luz, Emma Siliprandi, Graça Costa, Isolda Dantas, Júlia di Giovanni, Maria Emília Pacheco, Marilane Teixeira, Marli Emílio, Martha Bergamin, Neuza Tito, Rocicleide Silva, Sandra Quintela e Tatau Godinho.

São Paulo, dezembro de 2003.

MIRIAM NOBRE
NALU FARIA

A SUSTENTABILIDADE DA VIDA HUMANA: UM ASSUNTO DE MULHERES?*

Cristina Carrasco**

Nos últimos anos, o tempo de trabalho foi se configurando como tema de debate em diversos círculos acadêmicos, de trabalho, sociais e políticos. Dois fatos colaboraram de forma definitiva para esse interesse: a crescente participação das mulheres no trabalho de mercado, o que visibilizou a tensão entre os tempos de cuidados e as exigências do trabalho mercantil, e os processos de flexibilização do tempo de trabalho imposto basicamente pelas empresas, que exige cada vez maior mobilidade e disponibilidade horária das trabalhadoras e trabalhadores.

Porém os problemas que foram surgindo com relação aos tempos de trabalho não são mais que a expressão visível de outro conflito mais profundo presente nos fundamentos do sistema social e econômico: a tensão existente entre dois obje-

* Apresentação realizada no Seminário do FSM (Fórum Social Mundial), Porto Alegre, 2002, baseada no artigo publicado na revista *Mientras Tanto* (n. 82, out.-inv. 2001, Barcelona, Icaria) que aqui reproduzimos. Publicado em León, Magdalena (comp.). *Mujeres y trabajo: cambios imposterables*. Porto Alegre, REMTE/MMM/Clasco/Alai, 2003. Tradução de Gustavo Codas.

** Economista, professora da Universidade de Barcelona, Espanha, militante feminista e integrante do grupo Ca La Dona.

tivos contraditórios: a obtenção de lucros e o cuidado da vida humana. Essa tensão se acentua pela dependência da produção capitalista em relação aos processos de reprodução e de sustentabilidade da vida humana, que se realizam fora do âmbito de suas relações e de seu controle direto.

Por essa razão, creio que o estudo dos conflitos e da organização dos tempos de trabalho e de vida nos leva a uma questão anterior: como as sociedades resolvem as necessidades de subsistência das pessoas? Em outros termos, como elas se organizam em torno dessa função primária e fundamental da qual depende a própria vida humana?

A análise das necessidades de reprodução das pessoas é um tema complexo, que pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas, áreas temáticas ou disciplinas. Mas, em qualquer caso, é um tema central. No entanto, em uma perspectiva socioeconômica, pelo menos para a economia oficial, a sustentabilidade da vida não tem sido nunca uma preocupação analítica central; ao contrário, usualmente é considerada uma “externalidade” do sistema econômico¹.

As diversas escolas de pensamento têm utilizado diferentes categorias para a análise socioeconômica das sociedades: sistemas econômicos, modos de produção, graus de desenvolvimento do capitalismo ou da industrialização etc. Mas a reprodução humana como processo social nunca foi utilizada como categoria analítica central nesses estudos.

Focalizar explicitamente a forma em que cada sociedade resolve seus problemas de sustentabilidade da vida humana oferece, sem dúvida, uma nova perspectiva sobre a organi-

¹ A teoria neoclássica tem tradicionalmente considerado a família como elemento “exógeno” ao sistema econômico, como algo que evolui de forma independente da economia. Mesmo Becker (1993), em suas tentativas de explicar a estrutura básica do comportamento familiar, recorre a “fatores exógenos já dados”. Uma das primeiras críticas a esse tratamento da instituição familiar encontra-se em Humpries e Rubery (1984).

zação social e permite visibilizar toda aquela parte que tende a estar implícita e usualmente não é nomeada. Essa nova perspectiva permite também pôr de manifesto interesses prioritários de uma sociedade, recuperar todos os processos de trabalho, dar os nomes de quem assume a responsabilidade do cuidado da vida, estudar as relações de gênero e de poder e, em conseqüência, analisar como se estruturam os tempos de trabalho e de vida dos diferentes setores da população.

Naturalmente cada sociedade tem tentado com maior ou menor êxito diferentes mecanismos para cobrir as necessidades das pessoas, mas podemos propor a hipótese de que os processos de reprodução e vida têm sido resolvidos sempre fundamentalmente a partir dos lares. Sem nenhuma dúvida, foi essa a norma pelo menos até que a casa medieval – centro de produção, consumo e vida – deixou de ser auto-suficiente e começou a produção para os mercados. No entanto, posteriormente – ainda que os processos de reprodução da vida humana se fizessem cada vez mais invisíveis com a industrialização e o desenvolvimento do sistema capitalista –, não se alterou a função básica dos lares como centros de gestão, organização e cuidado da vida.

Particularmente em nossas sociedades ocidentais industrializadas, a subsistência e qualidade de vida alimenta-se de três fontes básicas: as produções e atividades de cuidados diretos realizadas a partir do lar, o mercado e a oferta de serviços públicos. No entanto, apesar da importância que o mercado capitalista vem adquirindo na oferta de bens e serviços, as estratégias de vida das pessoas continuam se organizando a partir do lar, de acordo com o nível de renda e com a participação pública nas tarefas de cuidado.

Isso posto, a centralidade da produção mercantil como objetivo econômico básico, a dependência do salário de uma parte importante da população e a cultura masculina do trabalho têm contribuído para obscurecer a relevância dos pro-

cessos de sustentabilidade social e humana, tornando difícil a compreensão das conexões e interdependências que mantêm com a produção capitalista.

O objetivo deste texto é recuperar os processos de reprodução e vida, visibilizando os conflitos ocultos com relação a tempos e trabalhos e as desigualdades que se derivam entre mulheres e homens. Na primeira parte, o tema é tratado da perspectiva do trabalho das mulheres; na segunda, abordamos um ponto de vista mais concreto, traduzindo a linguagem dos tempos das atividades realizadas pelas pessoas ligadas à sustentabilidade da vida humana. Finalmente, propomos alguns cenários futuros possíveis.

A LENTA RECUPERAÇÃO DOS PROCESSOS DE VIDA E REPRODUÇÃO

Não somente de pão...

Sem pretender entrar no debate sobre as “necessidades básicas”², acredito ser conveniente começar essa reflexão lembrando uma coisa que, mesmo sendo de bom senso, usualmente se esquece: as necessidades humanas são de bens e serviços, mas também de afetos e relações. Necessitamos nos alimentar e vestir, proteger do frio e das doenças, estudar e educar, mas também necessitamos de carinhos e cuidados, aprender a estabelecer relações e viver em comunidade. E isso requer algo mais do que somente bens e serviços. Com isso quero dizer que as necessidades humanas têm o que poderíamos chamar uma dimensão mais objetiva – que responderia mais às necessidades biológicas – e outra mais subjetiva – que incluiria os afetos, o cuidados, a segurança psicoló-

² O debate específico sobre as “necessidades básicas” seria muito mais amplo do que se pretende nesse artigo. Como referência obrigatória sobre o tema, pode-se ler Doyal e Gough, 1994.

gica, a criação de relações e laços humanos etc., aspectos tão essenciais para a vida como o alimento mais básico.

Em um leque amplo de bens e serviços – em geral, os que podem ser trocados –, é possível realizar a separação das duas dimensões assinaladas, a objetiva e a subjetiva. Geralmente, os bens mercantis ou públicos tendem a satisfazer o componente mais objetivo das necessidades. Por exemplo, quando produz um aparelho de televisão, uma trabalhadora ou um trabalhador industrial não sabe nem se preocupa com quem vai comprar. A atividade de produzir o bem ou serviço é independente de quem vai se beneficiar dele. Embora, em serviços públicos ou de mercado, como, por exemplo, os de atenção de um hospital ou de uma escola, possa existir algum componente subjetivo de afeto e relação humana, isso não é o determinante da atividade: o que a define é a necessidade objetiva que ela satisfaz.

Porém, nos bens e serviços produzidos no lar é mais complicado separar os aspectos afetivo-relacionais da atividade em si, exatamente porque envolvem elementos pessoais. Assim, é possível que uma mesma atividade possa ter, para algumas pessoas, substituto de mercado (se a renda permitir) e, ao contrário, para outras, ser totalmente insubstituível. Por exemplo, para as mães ou pais, pode ser muito importante a relação com seus filhos ou filhas, mas cada um pode estabelecer e concretizar a relação em atividades diferentes: levando as crianças à escola, brincando com elas no parque ou dando a janta. Para cada pessoa, aquela atividade por meio da qual tem estabelecido a relação é a que não tem substituto de mercado. Daí que seja praticamente impossível classificar as tarefas do lar em mercantilizáveis ou não-mercantilizáveis, precisamente pelo componente subjetivo que podem incorporar.

Em suma, quero dizer que o trabalho destinado ao cuidado das pessoas do lar tem contexto social e emocional diferente do trabalho remunerado e, além disso, necessidades

peçoais e sociais que não permitem uma simples substituição por produção de mercado. Implica relações afetivo-sociais dificilmente separáveis da própria atividade e cria um tecido complexo de relações humanas, sobre o qual, de alguma forma, se sustenta o resto da sociedade (Schafër, 1995; Himmelweit, 1995; Carrasco, 1998).

A poderosa “mão invisível” da vida cotidiana

Os estudos econômicos e sociais costumam esquecer esse componente subjetivo das necessidades humanas, coberto usualmente desde o lar. Esquecimento que pouco inocente, já que oculta um conflito de interesses: os diferentes espaços, trabalhos e atividades que fazem parte dos processos de vida e reprodução não desfrutam do mesmo reconhecimento social, mas existe entre eles um componente hierárquico de valores, resultado de uma longa tradição patriarcal liberal.

A partir de tal tradição tem se pretendido estabelecer a visão de uma sociedade dividida em duas esferas separadas com pouca inter-relação e baseadas em princípios antagônicos. Por um lado, a esfera pública (masculina), que estaria focada no que se considera social, político e econômico-mercantil e regida pelos critérios de êxito, poder, direitos de liberdade e propriedade universais etc., e relacionada fundamentalmente com a satisfação do componente mais objetivo (o único reconhecido) das necessidades humanas. Por outro, a esfera privada ou doméstica (feminina), que estaria focada no lar, baseada em laços afetivos e sentimentos, desprovida de qualquer idéia de participação social, política ou produtiva e relacionada diretamente com as necessidades subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas. Nessa rígida dualidade, somente o mundo público desfruta de reconhecimento social. A atividade ou participação na denominada esfera privada, destinada socialmente às mulheres, fica

relegada ao limbo do invisível, o que lhe nega toda possibilidade de valorização social.

Mas essas atividades não-valorizadas – que incorporam uma forte carga subjetiva – são precisamente as que estão diretamente comprometidas com a sustentabilidade da vida humana. Constituem um conjunto de tarefas que tendem a dar apoio não só às pessoas dependentes por motivos de idade ou saúde, mas também à grande maioria dos homens adultos. São tarefas que incluem serviços pessoais conectados usualmente com necessidades diversas e absolutamente indispensáveis para a estabilidade física e emocional dos membros do lar. Elas incluem a alimentação, o afeto e, por vezes, aspectos pouco agradáveis, repetitivos e esgotadores, mas absolutamente necessários para o bem-estar das pessoas. Implicam atividades complexas de gestão e organização, necessárias para o funcionamento diário do lar e de seus moradores, realizadas dia após dia nos 365 do ano, no lar e fora dele, no bairro e desde o posto de trabalho assalariado, que cria redes familiares e sociais, oferece apoio e segurança pessoal e permite a socialização e o desenvolvimento das pessoas. A magnitude e a responsabilidade dessa atividade faz pensar – como já assinalei em outra ocasião – na existência de uma “mão invisível” muito mais poderosa que a de Adam Smith, que regula a vida cotidiana e permite a continuidade do funcionamento do mundo³.

As razões ocultas da invisibilidade

Se aceitamos que essa atividade é absolutamente necessária para a sustentabilidade e cuidado da vida humana, como

³ Minha dúvida em relação a esse tema é: por que as disciplinas, como a economia, para as quais essa atividade continua sendo invisível, não se perguntam de onde surge a força de trabalho que utilizam em seus modelos?

é possível que tenha sido mantida invisível? Por que não tem tido o reconhecimento social e político que lhe corresponderia? Decerto a resposta é complexa. Em todo caso, atrevo-me a assinalar duas grandes razões: uma, mais antiga, de caráter ideológico patriarcal, e outra, possivelmente mais recente, de caráter econômico.

A primeira está relacionada com as razões do patriarcalismo. Sabe-se que, em qualquer sociedade, o grupo dominante (definido por raça, sexo, etnia etc.) define e impõe seus valores e sua concepção de mundo: constrói estruturas sociais, estabelece as relações sociais e de poder, elabora o conhecimento e desenha os símbolos e a utilização da linguagem. Mas, além disso, tais valores tendem a assumir a categoria de universais, com o que se invisibiliza o resto da sociedade. As sociedades patriarcais não têm sido exceção à norma geral.

Assim, vivemos em um mundo onde a ciência e a cultura têm sido construídas pelo poder masculino e, em consequência, tem valorizado somente aquilo que tem relação com a atividade dos homens. No caso concreto que analisamos, todas as atividades relacionadas com a sustentabilidade da vida humana tradicionalmente realizadas pelas mulheres e caracterizadas, em grande medida, pelo fato de seu resultado desaparecer no desenvolvimento da atividade –, não têm sido valorizadas. Ao contrário, as que se realizam no mundo público, cujos resultados transcendem o âmbito doméstico e que tradicionalmente têm sido assumidas pelos homens, desfrutam de valor social.

Essa diferenciação tem relação com a que Arendt (1998) analisou entre *labor* e *trabalho*. Para ela, o *labor* guardaria relação com a satisfação de necessidades básicas da vida e corresponderia àquelas atividades que não deixam rastros, cujo produto se esgota em sua realização e, por isso, geralmente têm sido desprezadas. O *trabalho*, ao contrário, teria um caráter mais duradouro e objetivo, no sentido da relati-

va independência dos bens daqueles que os produzem; não estaria ligado aos ciclos repetitivos das necessidades humanas e seria uma atividade mais valorizadas e reconhecida⁴. É notória a semelhança desses dois conceitos – tanto no conteúdo como na valorização social – com os atuais, de *trabalho familiar doméstico* e *trabalho de mercado*, respectivamente.

A segunda razão diz respeito ao funcionamento dos sistemas econômicos. Historicamente, os sistemas socioeconômicos têm dependido da esfera doméstica; têm mantido uma determinada estrutura familiar que lhes permita garantir a necessária oferta de força de trabalho por meio do trabalho das mulheres. Em particular naqueles grupos da população de baixos recursos econômicos, a dependência do sistema econômico tem significado uma verdadeira exploração da unidade doméstica (Meillassoux, 1975). Em todo caso, em qualquer sociedade, sem a contribuição do trabalho das mulheres a subsistência do grupo familiar não teria nunca estado garantida (Chayanov, 1925; Kriedte et al. 1977). No entanto, os sistemas econômicos se apresentam tradicionalmente como autônomos, ocultando assim a atividade doméstica, base essencial da produção da vida e da força de trabalho.

Em particular, os sistemas capitalistas são um caso paradigmático dessa forma de funcionamento. Com relação à invisibilidade da atividade desenvolvida no lar, Antonella Picchio (1994, 1999a) evidenciou que o que permanece nesses sistemas oculto não é tanto o trabalho doméstico em si, mas a relação que ele mantém com a produção capitalista. Essa atividade – ao cuidar da vida humana – constitui o nexo entre o âmbito doméstico e a produção de mercado. Daí ser importante que esse nexo permaneça oculto, porque facilita o repasse de custos da produção capitalista para a esfera do-

⁴ Os conceitos de labor e trabalho de Arendt são discutidos mais amplamente em Bosch et al., 2001.

méstica. Esses custos estão relacionados, em primeiro lugar, com a reprodução da força de trabalho. Já no “Debate sobre o Trabalho Doméstico”⁵, nos anos 70, foi denunciada a exploração do lar por parte da produção capitalista, no sentido de que os salários têm sido tradicionalmente insuficientes para a reprodução da força de trabalho e, em consequência, o trabalho realizado no lar seria uma condição de existência do sistema econômico.

Devo salientar que, nesse sentido, a quantidade de trabalho familiar doméstico substituível⁶ é determinada em grande medida pelo salário. Este se apresenta, então, como o nexos econômico fundamental entre a esfera de reprodução humana e a esfera mercantil. Mas sabemos que a taxa salarial, assim como a taxa de lucros, é uma variável distributiva não-independente, determinada, em parte importante, pelas relações sociais de poder, de tal forma que o nível de salário fica estreitamente relacionado com o nível de lucro e a acumulação capitalista. Assim, ainda que não possam tomar qualquer valor, já que os requisitos reprodutivos assinalam seu possível campo de variação (com fronteiras difusas), os salários estão de fato determinando uma relação entre o tempo dedicado ao trabalho familiar doméstico e o nível de lucro capitalista⁷.

⁵ O “Debate sobre o Trabalho Doméstico” foi, como seu nome indica, um debate que teve lugar nos anos setenta e se estendeu por uma década. Nele participaram mulheres e homens vindos tanto da tradição marxista como do pensamento feminista. Os aspectos fundamentais da discussão estão em Borderías et al., 1994.

⁶ Faço referência naturalmente àquela parte do trabalho familiar doméstico que tem substituto de mercado.

⁷ Essa idéia têm sido incorporadas em esquemas de tipo reprodutivo, estabelecendo de forma mais sistematizada as necessidades de trabalho doméstico para a reprodução humana, social e econômica (Carrasco 1991; Carrasco et al. 1991; Picchio, 1992 e 1999b).

Também foram evidenciados outros aspectos – econômicos e relacionais – do trabalho familiar doméstico absolutamente necessários para que o mercado e a produção capitalista possam funcionar: o cuidado da vida em sua vertente mais subjetiva de afetos e relações, o papel da segurança social do lar (socialização, cuidados sanitários), a gestão e a relação com as instituições etc. Todas essas atividades são destinadas a criar e manter pessoas saudáveis, com estabilidade emocional, segurança afetiva, capacidade de relação e comunicação etc., características humanas sem as quais seria impossível não somente o funcionamento da esfera mercantil capitalista, mas também a aquisição do chamado “capital humano”⁸. Porém a economia segue ocultando a relação capitalista que o âmbito familiar doméstico mantém com o sistema social e econômico, que permite “externalizar os custos sociais originados nas atividades de mercado e utilizar as mulheres como amortecedor final do “*dumping* social” (Picchio, 1999a: 233).

Em suma, a produção capitalista tem se desligado do cuidado da vida humana, apresentando-se como um processo paralelo e auto-suficiente. Mas não é só isso. Além de manter invisível o nexos com as atividades de cuidados, utiliza as pessoas como um meio para seus fins: a obtenção de lucro. Daí que, em termos empresariais e da economia oficial, seja usual falar-se em “recursos humanos” ou “fatores de produção” para se referir às “pessoas trabalhadoras”.

Finalmente a análise do funcionamento do sistema capitalista não deve esquecer o papel do Estado⁹. Vale lembrar

⁸ A pedagogia adverte que é praticamente impossível que uma criança adquira “capital humano” se, previamente, não recebeu cuidados, segurança psicológica, não teve estruturados os processos de aprendizado etc., aspectos desenvolvidos fundamentalmente no lar.

⁹ Obviamente não é nossa intenção aqui realizar uma análise do papel do Estado nas sociedades capitalistas. Mas vale assinalar que o estudo de Esping-Andersen (1990), que considera a relação Estado-mercado como

que o Estado regula o funcionamento do mercado de trabalho e desenvolve programas de proteção social supostamente para cobrir necessidades não-satisfeitas pelo mercado. Dessa forma, participa diretamente da determinação da situação social que ocupam as pessoas e da estruturação das desigualdades sociais, incluídas as de sexo. Por isso a suposta neutralidade do Estado com relação à configuração dos diferentes grupos sociais é apenas uma miragem.

As mulheres como protagonistas de sua própria história

Ao lado da análise da importância do trabalho de cuidados e das tentativas de desvendar as razões de sua invisibilidade, as mulheres vão experimentando profundas mudanças em sua vida cotidiana, que as levarão finalmente a questionar todo o modelo social. Reconstruir o itinerário percorrido pelas mulheres nas últimas décadas nos leva necessariamente a uma olhada rápida na história recente de nossas sociedades.

Em primeiro lugar, quero lembrar que, durante parte importante do século XX¹⁰, existiu um pacto social que funcionou com diversos elementos constitutivos. Dentre eles escolhi ressaltar dois.

O primeiro é a idéia de um emprego estável, seguro, que garante direitos, com acesso a determinada segurança social,

eixo analítico para avaliar as possibilidades de subsistência e a qualidade de vida das pessoas, originou uma extensa crítica de parte do feminismo, que, por sua vez, proporcionou, como marco de análise mais realista e mais fértil, o eixo Estado-mercado-família (mulheres). Uma ampla bibliografia a esse respeito pode ser conhecida em Carrasco et al., 1997. Uma boa análise do conceito de “autonomia” utilizando esse marco teórico é a de Gardiner (2000). O próprio Esping-Andersen (1999) reconheceu posteriormente o potencial analítico da proposta feminista.

¹⁰ Estou me referindo basicamente à Europa Ocidental depois da Segunda Guerra Mundial.

concebido como um direito individual, que outorgava identidade e reconhecimento social (Alonso, 1999). Esse “trabalho-emprego” era reconhecido como uma atividade propriamente masculina¹¹.

O segundo foi o modelo familiar que – embora mais antigo – acompanhou o modelo fordista de emprego: a forma como se organizam a sociedade e a produção mercantil supõem a existência de um modelo familiar “homem provedor de renda (*male breadwinner*)–mulher dona-de-casa”, caracterizado por uma ideologia familiar que se concretiza no matrimônio tradicional com uma estrita separação de trabalhos e papéis entre ambos cônjugues. O homem é o chefe da família e tem a obrigação de prover à família por meio de um emprego em tempo integral. A mulher realiza as tarefas de afeto e cuidados, sendo tratada como esposa e mãe, e não se aceita socialmente que a casada tenha emprego.

Essa estrutura familiar se encaixa perfeitamente no “pleno emprego” masculino definido por Beveridge (1944). Sob essa família – defensora dos valores morais – as mulheres cuidariam da população dependente – crianças, pessoas idosas ou doentes – mas também dos homens adultos, para que estes pudessem se dedicar plenamente a seu trabalho de mercado ou atividade pública¹². Isso fazia parte do contrato social, segundo o qual as mulheres deviam satisfazer as necessidades dos ho-

¹¹ Embora parte das mulheres, particularmente as de lares de baixa renda, tenha mantido presença contínua no mercado de trabalho, ainda que em condições trabalhistas e salariais muito inferiores às de seus companheiros.

¹² Gostaria de frisar que tradicionalmente se consideram as mulheres como pessoas “dependentes” por terem renda monetária menor ou simplesmente nenhuma. No entanto, normalmente não se menciona a “dependência” dos cuidados, isto é, a capacidade de cuidar de si mesmo(a) ou de outras pessoas. Nesse sentido, os homens são absolutamente dependentes das mulheres.

mens para que estes pudessem cumprir com sua condição de cidadãos e trabalhadores assalariados (Pateman, 1995).

Mas, nas últimas décadas do século XX, em particular na Espanha¹³, tanto o mercado de trabalho feminino como o modelo familiar *male breadwinner* começaram a experimentar importantes transformações, ainda que não tanto em vista de mudanças institucionais, políticas ou organizativas que apontaram nessa direção, mas basicamente como efeito das decisões das próprias mulheres. Mas a crescente incorporação das mulheres ao trabalho de mercado¹⁴ não resulta no abandono do trabalho familiar: as mulheres continuam realizando essa atividade fundamentalmente porque lhe dão o valor que a sociedade patriarcal capitalista nunca quis reconhecer.

O impressionante é que essas mudanças culturais e de comportamento das mulheres não têm tido o eco correspondente no restante da sociedade. Nem os homens como grupo de população nem as diversas instituições têm querido saber das profundas mudanças vividas pelas mulheres. Em consequência, o funcionamento social não tem experimentado transformações substanciais e os efeitos da nova situação têm sido assumidos pelas próprias mulheres.

Resulta que, olhada de fora, a organização de nossas sociedades pode parecer absolutamente absurda e irracional. Seguramente se, sem prévia informação, uma “extraterrestre” viesse observar nossa organização de desenvolvimento da vida cotidiana, colocaria uma primeira pergunta de bom senso: como é possível mães e pais terem um mês de férias ao ano e as crianças, quatro meses? Quem cuida delas? Ou como é possível que os horários da escola não coincidam com os de trabalho? Como se organizam as famílias? Isso sem que ela

¹³ Como é obvio, os períodos são diferentes para as diferentes regiões e países.

¹⁴ Nas próximas linhas estarei me referindo fundamentalmente ao caso espanhol.

observe o número crescente de pessoas idosas que requerem cuidados diretos. Provavelmente nossa extraterrestre ficaria impressionada com a péssima organização social de nossa sociedade. No entanto, teríamos de lhe esclarecer que está enganada: não se trata exatamente de uma má organização, mas de uma sociedade que continua atuando como se o modelo de família tradicional estivesse mantido, isto é, com uma mulher dona-de-casa em tempo integral, que realiza todas as tarefas de cuidados necessários. E, se essa mulher quer se incorporar ao mercado de trabalho, é sua responsabilidade individual resolver previamente a organização familiar.

Portanto, as organizações e instituições sociais – e a sociedade em geral –, seguem sem considerar que o cuidado da vida humana seja uma responsabilidade social e política. Isso fica claro nos debates sobre o Estado de Bem-estar, em que é usual que educação e saúde sejam discutidas como os serviços básicos e necessários a serem oferecidos pelo setor público, mas nunca se considerem nem se mencionem os serviços de cuidados. De fato, são esses últimos serviços, pelas suas características, os mais básicos: se não se cuida a uma criança quando nasce, não será necessário se preocupar com sua educação formal, porque ela simplesmente não atingirá a idade escolar.

Da invisibilidade à dupla “presença/ausência” das mulheres

Assim, à medida que as mulheres se integram ao mercado de trabalho, vai desaparecendo o modelo familiar “homem provedor de renda–mulher dona-de-casa” e vai se abrindo um novo modelo que tende a se consolidar. O homem mantém seu papel quase intacto¹⁵, mas a figura da dona-

¹⁵ A participação dos homens no lar – mesmo tendo aumentado tenuemente quanto a tarefas muito específicas – se mantém como simples “ajuda”, e não como o reconhecimento de uma responsabilidade compartilhada.

de-casa tradicional tende a desaparecer. Isso não significa que ela abandone suas tarefas de cuidadora e gestora do lar, mas que de fato assume um duplo papel: o familiar e o do trabalho fora do lar.

Em conseqüência, quase solitariamente colocadas diante do problema de “conciliar” tempos e trabalhos (familiar e no trabalho fora do lar), as mulheres sofrem como “variável de ajuste” entre os rigores de ambos os trabalhos: as necessidades humanas (biológicas e relacionais) e as necessidades produtivas e organizativas da empresa, com custos importantes – particularmente para elas – de qualidade de vida. Esse processo de “conciliação” tem exigido às mulheres desenvolver diversas formas de resistência individual¹⁶, adaptações e escolhas diversas, que têm a ver com reduções do trabalho familiar, com a organização do trabalho de cuidados e com formas específicas de se integrar no mercado de trabalho¹⁷.

¹⁶ Esse processo também se viu afetado por mudanças que não são resultado de transformações nas pautas de conduta das mulheres, mas efeitos de variações estruturais.

¹⁷ As reduções do trabalho familiar vieram por diversas vias. Sem dúvida a mais significativa foi a queda da fecundidade: de 2,32 filhos em 1980 para 1,07 hoje, mínimo histórico muito abaixo da taxa de reposição. Essa nova situação reduziu muito o cuidado das crianças, mas o notável aumento da esperança de vida desloca os cuidados e atenções às pessoas idosas. Outra via é a redução real de certos aspectos do trabalho, devido basicamente ao desenvolvimento tecnológico e à aquisição de maior número de bens e serviços no mercado, aspectos que afetam mais as mulheres de maior poder aquisitivo. Mas as de baixa renda têm intensificado seu tempo de trabalho com diversas atividades simultâneas. Além disso, em geral, nos lares, basicamente naqueles onde as mulheres trabalham fora, os trabalhos domésticos mais tradicionais, como limpar e passar roupa, se reduzem ao mínimo necessário, sendo bem-menores que os de nossas avós.

Em relação às atividades de cuidados, estas não se definem tanto dentro das relações de casal, mas no conjunto das mulheres enquanto grupo social. A transferência de tarefas se realiza basicamente entre mulheres (família, amigas, vizinhas): tanto os cuidados das crianças como

Mas o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho significa sua inserção em um mundo definido e construído por e para os homens. Um mundo – o mercantil – que só pode funcionar como o faz porque se apóia e depende do trabalho familiar, que requer liberdade de tempos e espaços, isto é, exige a presença de alguém na casa que faça as atividades básicas para a vida. Nesse sentido, o modelo masculino de participação no mercado de trabalho não pode ser generalizado. Se as mulheres o imitassem, quem cuidaria da vida humana com toda a dedicação que isso implica?¹⁸

A dupla participação das mulheres – no mercado de trabalho e na responsabilidade do lar – que originalmente se definiu como duplo trabalho e posteriormente como dupla presença, atualmente é denominada “dupla presença/ausência”¹⁹, para simbolizar o estar e não-estar em nenhum dos dois lugares e as limitações que a situação implica sob a atual organização social. Situação essa que obriga as mulheres à prática constante de passar de um trabalho ao outro, das características específicas da atividade familiar aos horários e valores do trabalho assalariado, da cultura do cuidado à cultura do lucro, que lhes exige interiorizar tensões, tomar decisões e fazer escolhas às quais os homens não estão obrigados. Nesse sentido, a experiência cotidiana das mulheres é uma negociação contínua em diferentes âmbitos sociais – como cuidadoras responsáveis dos outros e como tra-

os destinados aos idosos são desincumbidos principalmente por meio de uma rede feminina – ainda que histórica – construída atualmente para mediar a satisfação de necessidades humanas e as exigências da produção capitalista, em vista da falta de serviços públicos adequados e de uma organização social a serviço da qualidade de vida.

¹⁸ Por exemplo, na cidade de Barcelona, a taxa da população que, pode-se supor, precisa de algum tipo de cuidado direto – menores de 16 anos e maiores de 70 – é de aproximadamente 28%.

¹⁹ A expressão é de M. J. Izquierdo (1998).

balhadoras assalariadas, com todas as restrições e obrigações que isso significa –, que se traduz na impossibilidade de se sentir à vontade em um mundo construído segundo o modelo masculino (Picchio, 1999b).

A emergência do verdadeiro conflito

Enquanto existia o tipo tradicional de família junto com o modelo fordista de produção, e os trabalhos de mulheres e homens apareciam como paralelos e independentes, o nexo entre o cuidado da vida e a produção capitalista permanecia oculto e toda a atividade que as mulheres realizavam em casa – cuidado físico e psicológico da vida humana – ficava invisível. Mas, quando as mulheres passaram a realizar os dois trabalhos e a viver em seu próprio corpo a enorme tensão que significam a superposição dos tempos e o contínuo deslocamento de um espaço a outro, foi então que o conflito de interesses entre os diferentes trabalhos começou a se fazer visível.

Dessa forma, a tensão vivida pelas mulheres não é mais que reflexo da contradição muito mais profunda que assinálavamos anteriormente: a que existe entre a produção capitalista e o bem-estar humano, entre o objetivo do lucro e o objetivo do cuidado da vida. Entre a sustentabilidade da vida humana e o benefício econômico, nossas sociedades patriarcais têm optado pelo segundo.

Isso significa que as pessoas não são o objetivo social prioritário, não são um fim em si mesmas, e estão a serviço da produção. Os interesses político-sociais não estão orientados à obtenção de uma melhor qualidade de vida, mas ao crescimento da produção e à obtenção de lucros. Um reflexo claro disso são todas as políticas de desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho nos últimos anos, cujo objetivo não tem sido outro senão reduzir custos salariais e adaptar os tempos de trabalho às exigências da maior eficiên-

cia e produtividade da empresa, ainda que isso tenha claros efeitos negativos na qualidade de vida das pessoas.

A questão é clara: o centro de interesse social está na produção, no mundo público, nos grandes agregados macroeconômicos, como aspectos fundamentais a serem mantidos e melhorados. O cuidado da vida humana é deslocado ao âmbito doméstico, entendido como uma responsabilidade feminina.

Daí que as pessoas devam resolver sua subsistência e qualidade de vida no âmbito privado, mas sempre sob as condições de trabalho exigidas pela organização da empresa capitalista. Por isso a visibilidade do trabalho doméstico não é um problema técnico, mas fundamentalmente social e político.

TEMPO DE CUIDADO, TEMPO DE MERCADO: CONCILIAÇÃO OU PRIORIZAÇÃO?

O objetivo desta segunda parte é traduzir para a linguagem dos tempos a atividade das pessoas que se encarregam da sustentabilidade da vida humana, com os conflitos e contradições anteriormente mencionadas. A idéia é refletir, em um terreno mais concreto, algumas questões desenvolvidas na primeira parte, para começar a discutir propostas que possibilitem avançar para uma sociedade que aposte na solidariedade, na diversidade e na equidade.

Tentarei, na medida do possível, seguir um itinerário análogo ao anterior, de forma que os aspectos conflitivos que foram surgindo na primeira parte se evidenciem agora na organização e valorização dos tempos. Em geral, estarei me referindo a nossas sociedades industrializadas ocidentais.

Os tempos e suas características

Desde seus inícios – há aproximadamente três décadas – os estudos de “orçamentos de tempo” têm oferecido uma quan-

tidade enorme de informação sobre a forma como as pessoas usam o tempo. Esses estudos têm facilitado, em especial, a análise do tempo de trabalho, pondo de manifesto as importantes desigualdades entre mulheres e homens²⁰.

Se começarmos a análise da satisfação das necessidades humanas e sociais dessa perspectiva – a do uso do tempo –, poderemos constatar que nem todos os tempos são homogêneos: uns estão destinados a satisfazer as próprias necessidades (o mais evidente é o tempo de dormir) e outros a satisfazer necessidades dos demais (normalmente parte do tempo que dedicamos a trabalhar satisfaz necessidades próprias e, em parte, alheias); também há tempos mais rígidos e outros mais flexíveis e, além disso, há os que podem ser utilizados solitariamente e outros (os de relação) que devem necessariamente ser compartilhados.

Em nossas sociedades atuais, é costume estabelecer cinco grandes categorias para o uso do tempo para as pessoas em idade ativa²¹: tempo de necessidades pessoais, tempo de trabalho doméstico, tempo de trabalho de mercado, tempo de participação cidadã e tempo de ócio. Cada um desses tempos apresenta algumas características próprias, que lhes outorga diferentes graus de flexibilidade, necessidade ou possibilidade de substituição.

²⁰ Essas contribuições são amplísimas e vêm basicamente do campo da sociologia. As referências internacionais obrigatórias são os trabalhos de Szalai (1972), Gershuny (1991), Goldschmidt-Clermont et al. (no *Informe sobre o Desenvolvimento Humano*, de 1995) e as diferentes séries de dados europeus atuais. Uma bibliografia mais ampla, incluídas as referências para o caso espanhol, está em Carrasco et al. (2000).

²¹ Embora muitas pessoas idosas, basicamente mulheres, realizem atividades relacionadas com o cuidado (ou outras), analisaremos o tempo das pessoas em idade ativa, já que é nesta que se apresentam maiores conflitos com a organização do tempo. Isso pressupõe que as pessoas dependentes por razões de idade (crianças ou pessoas idosas) demandam mais tempo do que podem oferecer.

Em primeiro lugar, podemos dizer que o *tempo das necessidades pessoais* é indispensável e bastante rígido, no sentido de que existe um tempo necessário, difícil de diminuir, para o sono, as comidas e a higiene pessoal. Mas o tempo do ócio tem um forte grau de flexibilidade, sendo de fato utilizado freqüentemente como “variável de ajuste” do tempo de trabalho familiar doméstico: um aumento deste último reduz rapidamente o tempo de ócio.

O tempo que denominamos de *participação cidadã* também é bastante flexível, ainda que com um forte componente de gênero²². Aqui incluímos tempo dedicado a todo tipo de trabalho voluntário: em associações, partidos políticos, trabalho voluntário direto etc., atividades diversas e muitas vezes necessárias para o desenvolvimento pessoal, e sem dúvida para a construção de redes de integração e coesão social.

Finalmente, os tempos relevantes para nosso objeto de estudo são o de trabalho familiar doméstico e o de trabalho remunerado²³. Podemos considerar o *tempo de trabalho doméstico familiar* dividido em dois componentes diferenciados. Um primeiro compreende aquelas atividades que, como se assinalou anteriormente, são inseparáveis da relação afetiva implícita e que, em conseqüência, não têm substituto de mercado (não podem ser avaliadas a preço de mercado) nem público ou podem, em algum caso, ter maus substitutos. Esse

²² Os estudos sobre o uso do tempo mostram que as mulheres participam menos nesse tipo de atividade, que é geralmente o primeiro que reduzem quando assumem responsabilidades de cuidados.

²³ Os demais tempos também são importantes e necessários. Mas nosso interesse está em como se satisfazem as necessidades de reprodução, donde serem mais relevantes os tempos de trabalho que cobrem as necessidades básicas. Por isso talvez devêssemos considerar também o tempo de participação cidadã. Se não o fazemos é por acreditarmos que tem características diferentes e seria tema de outro estudo. Uma discussão geral sobre o uso e características dos diferentes tempos pode-se ver em Recio 2001.

tempo de trabalho não pode ser reduzido abaixo de um mínimo estritamente necessário sem afetar o desenvolvimento integral das pessoas como tais. O segundo componente do tempo doméstico familiar é aquele que produz bens e serviços que podem ser substituídos pelo mercado ou pelo setor público. O grau de substituição dependerá, por um lado, do nível de renda (que compreende basicamente salários) e, por outro, da oferta de serviços públicos de cuidados²⁴.

O tempo de trabalho mercantil depende naturalmente do desenvolvimento tecnológico, mas também, e possivelmente em maior medida, de outros aspectos de ordem mais social e institucional: da organização do trabalho, das relações de poder entre trabalhadores(as) e empresários(as), do papel do setor público, dos padrões sociais de consumo, da situação sociopolítica geral e da cultura masculina do trabalho de mercado. Normalmente a jornada negociada ou imposta pelas relações trabalhistas é bastante rígida, no sentido de que a pessoa individual não pode escolher um número de horas de trabalho à sua vontade nem a distribuição das horas ao longo da semana, mês ou ano. Se existiu um certo grau de flexibilidade, foi em geral imposto pela empresa.

O tempo escasso, o tempo dinheiro

Mas nem todos os tempos são iguais nem, em consequência, intercambiáveis. Se nos localizarmos em períodos anteriores à industrialização, observamos que os tempos de traba-

²⁴ Essa separação do trabalho familiar doméstico em dois componentes é naturalmente uma abstração teórica, difícil de se realizar na prática. Por um lado, não é possível estimar o tempo que cada um implica, já que pode ser diferente para cada pessoa. Mas, por outro, ainda que em nível individual, cada pessoa sabe as atividades que não têm para ela substituto de mercado, pois estas têm fronteiras difusas e, em consequência, também não podem ser quantificadas em um número exato de horas.

lho tinham estreita relação com os ciclos da natureza e da vida humana. Com o surgimento e consolidação das sociedades industriais, o tempo ficou muito mais ligado às necessidades da produção capitalista: o trabalho remunerado passou a ser determinado não pelas estações do ano (tempo de semear, de colheita etc.) ou pela luz solar (não importava mais se era noite ou dia), mas pelo relógio – como tempo cronometrado –, que se estabeleceu como instrumento de regulação e controle do tempo industrial²⁵. E este veio a condicionar em parte os demais tempos de vida e trabalho: a vida familiar teve de se adaptar à jornada de trabalho remunerado.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o tempo de trabalho como fonte relevante de obtenção de benefício é considerado um “recurso escasso” e mercantilizado, isto é, assume a forma de dinheiro²⁶. Daí que características como a produtividade ou a eficiência tenham se transformado em aspectos importantes nos processos produtivos, já que significam poupança de tempo e, em consequência, de dinheiro²⁷.

Nesse processo, a teoria neoclássica tem tido um papel determinante. Em sua análise do capital humano, ela considera o tempo humano um recurso escasso, por estar pré-fixado na pessoa, e um fator fundamental na aquisição do capital humano: “o limite econômico último da riqueza não está na escassez de bens materiais, mas na escassez de tempo humano” (Schultz 1980: 642).

²⁵ A mercantilização e controle do tempo é um fenômeno específico das sociedades industrializadas e em industrialização (Adams, 1999: 10).

²⁶ Diferentes aspectos da mercantilização do tempo e sua forma de dinheiro estão muito bem abordados em Adams (1999).

²⁷ Essa concepção de tempo impulsionou os esforços por fazer mais “produtivo” o trabalho da dona de casa (considerada improdutivo), que surgiram com o Movimento para as Ciências Domésticas, tentando mostrar que os métodos tayloristas podiam ser aplicados ao trabalho doméstico.

O desenvolvimento econômico depende fundamentalmente do capital humano que, por sua vez, depende do tempo humano. Dessa forma, o valor do capital humano aparece vinculado ao valor (preço) do tempo humano, que, em razão de sua escassez, se traduz em um aspecto crítico nas análises do comportamento humano.

É obvio que esses novos conceitos introduzidos pela teoria do capital humano não têm por único campo de aplicação o mercado de trabalho. Ao tratar do conceito de “tempo humano”, eles deslocam seu campo de ação às atividades do lar. Além disso, segundo alguns autores, “o maior vínculo entre família e economia é o valor do tempo humano”. Ao tomar como ponto de partida o fato de uma pessoa poder distribuir seu tempo em diversas atividades – de mercado, domésticas e de ócio, de acordo com suas preferências para maximizar sua utilidade – e de esse tempo ter um preço, o custo de oportunidade do tempo estará entre os fatores que afetariam suas decisões de consumo. A economia dominante considera que o tempo é homogêneo, tem preço de mercado de acordo com o “capital humano” da pessoa e é atribuído em nível individual às diversas atividades. Em conseqüência, os tempos não-mercantis tornam-se invisíveis e só podem ser reconhecidos na medida em que seja possível medi-los em termos mercantis, caso no qual ficam também conceituados como dinheiro.

Dessa forma, o tempo considerado “dinheiro” tem conseguido influenciar notavelmente nossa cultura e nossa vida social industrial. O conhecido ditado “tempo é dinheiro” reflete essa percepção. No entanto, apesar disso, há tempos não-suscetíveis de mercantilização e que, em conseqüência, não podem ser transformados em dinheiro. Casos claros são os tempos de alguns grupos da população não-ativa: o de brincadeira de uma criança; o dos idosos e doentes; até o das pessoas que poderiam ser ativas mas que, por alguma razão socioeconômica, foram excluídas socialmente e/ou do

mercado de trabalho: mendigos, presos ou pessoas aposentadas. Podemos afirmar, em geral, algo assim como o tempo daquelas pessoas “cujos ativos não têm valor de mercado”²⁸.

Tempo mercantilizado, tempo valorizado

Aprofundemos agora o que é nosso principal foco: o tempo das pessoas ativas. Nesse setor da população, há tempos de todo tipo: os mercantilizados e os não-mercantilizados e, dentro desses, os suscetíveis e os não-suscetíveis de mercantilização.

Os primeiros (os mercantilizados) são os tempos dedicados ao trabalho remunerado e os outros correspondem às quatro categorias restantes definidas anteriormente: tempo de necessidades pessoais, de ócio, de trabalho voluntário e de trabalho familiar doméstico. Dos três últimos, pelo menos uma parte é mercantilizável, seja voluntária ou involuntariamente. Por exemplo, pode acontecer que setores da população precisem mercantilizar seu tempo de ócio para poder subsistir ou também que certos setores sem necessidades econômicas urgentes estejam dispostos a prolongar sua jornada de trabalho por motivos diversos: promoção, poder, maior capacidade de consumo etc., todos eles relacionados com o dinheiro-poder.

Em qualquer caso, uma parte importante do conjunto do tempo não é mercantilizável, não pode se transformar em dinheiro; não são todas as relações humanas que estão exclusivamente governadas pelo tempo-dinheiro, já que precisamos dormir, comer e estabelecer relações sociais e afetivas.

No tema que nos ocupa (o tempo dedicado ao trabalho), uma parte do trabalho doméstico não pode ser mercantili-

²⁸ Por exemplo, pessoas que podem ter “ativos” como a “produção de generosidade ou afeto”, cujos tempos, ao não estarem valorizados no mercado, não são mercantilizáveis.

zado, já que no desenvolvimento dessa atividade é necessária a implicação pessoal pelo componente subjetivo que comentamos anteriormente²⁹. Essa atividade tem por objetivo o cuidado da vida, e não a obtenção de lucro, como a produção capitalista. Daí que, no lar, os conceitos de eficiência e produtividade – que permitem poupar tempo – percam totalmente seu sentido mercantil.

No lar, mais que realizar uma atividade em menos tempo, normalmente interessa que o resultado quanto a relações e afetos seja de maior qualidade. Que sentido teria, por exemplo, pretender maior produtividade ao ler histórias para uma filha? Ser mais rápido para conseguir ler quatro contos em vez de um no mesmo tempo? Em todo caso, embora a rapidez possa ser interessante em determinadas atividades e ocasiões, normalmente ela responde a uma intensificação do tempo por razões mercantis. É o caso, por exemplo, das mulheres que fazem dupla jornada, cujo ritmo de trabalho é muito determinado por seus horários de trabalho.

Agora, em uma sociedade capitalista regida pelo objetivo da maximização do lucro, somente o tempo mercantilizado – aquele que pode ser transformado em dinheiro – é reconhecido socialmente. Esse tempo é dedicado a trabalho de mercado. Os tempos restantes – em particular, os chamados “tempos geradores da reprodução”, que incluem os tempos de cuidados, afetos, gestão e administração doméstica, relações e ócio, que não são pagos, mas vividos, doados e gerados³⁰ – “se constituem na sombra da economia do tempo dominante, baseada no dinheiro” (Adams 1999: 11), não têm

²⁹ Como se discutiu anteriormente, é a parte do trabalho doméstico que não tem substituto de mercado.

³⁰ Essas idéias, desenvolvidas pelo pensamento feminista, se encontram recolhidas em diversos artigos, em livros como os de Borderías et al. (1994), Folbre (1995), Bonke (1995), Del Re (1995), Himmelweit (1995).

nenhum reconhecimento e, em conseqüência, tendem a se tornar invisíveis.

A economia como disciplina acadêmica tem legitimado essa situação: dedica-se quase exclusivamente às atividades chamadas econômicas, que se realizam com tempo mercantilizável, enviando ao limbo do não-econômico todas as demais. Em todo caso, o mais preocupante é o estudo das “atividades econômicas” se realizar de forma independente, como se fosse possível entendê-las e analisá-las à margem das de não-mercado, como se não dependessem desse tempo “socialmente desvalorizado” para sua realização.

Além disso, ao identificar-se com o dinheiro, o tempo mercantilizado está associado ao poder, ao poder do dinheiro. Assim, as relações de poder no lar guardam estreita relação com a contribuição em dinheiro para a economia familiar: filhos e filhas jovens sem renda própria e mulheres que não participam do mercado de trabalho reconhecem, sem nenhuma dúvida, a autoridade do provedor de ingressos monetários³¹. Como resultado, o dinheiro outorga maior autonomia e maior capacidade de decisão à pessoa que o que ganha no mercado³².

Do tempo invisível ao tempo intensificado

O modelo familiar *male breadwinner* traduzido em termos de tempo poderia ser considerado uma situação “ótima”, dos pontos de vista tanto da ideologia patriarcal como do objetivo capitalista: as mulheres desenvolvem majoritariamente suas atividades em um tempo (invisível e não-reconhecido)

³¹ Sem dúvida, essa situação está refletindo a presença de relações patriarcais.

³² As novas perspectivas sobre o tempo e o trabalho desenvolvidas da perspectiva feminista têm explicitado as relações de poder e a desigualdade de gênero que se escondem por trás da forma mercantil de valorizar o tempo.

que – embora organizado, em parte, da perspectiva da produção mercantil – não é governado por critérios de mercado, enquanto os homens, livres de obrigações relacionadas com o cuidado da vida, podem colocar seu tempo (visível e valorizado) à disposição das necessidades da empresa.

Agora, com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a resposta social e masculina nula a essa mudança de cultura e comportamento das mulheres, elas assumirão a dupla jornada e o duplo trabalho, deslocando-se continuamente de um espaço a outro, superpondo e intensificando seus tempos de trabalho. Tempos que vêm determinados, por um lado, pelas exigências da produção mercantil e, por outro, pelas exigências naturais da vida humana. As mulheres – uma vez tentadas todas as possibilidades de reduzir o trabalho familiar doméstico – adaptarão, de uma ou outra maneira, seu tempo de participação no mercado de trabalho às necessidades de cuidado da vida. Em particular aquelas que têm pessoas dependentes a seu cargo desenvolverão diversas estratégias para realizar o trabalho de mercado, assumindo as necessidades de sustentação da vida humana.

A habitual rigidez determinada pelos tempos dedicados a trabalho de mercado somada às necessidades de tempos de cuidado resultam em que, em geral, as mulheres intensifiquem notavelmente seu tempo de trabalho total³³ e reduzam seu tempo de ócio³⁴, utilizado como variável de ajuste e, em casos extremos, reduzam também o tempo dedicado a satisfazer suas necessidades pessoais, situação que se converte em limite para as de famílias monoparentais, particularmente para as de baixa renda.

³³ Esses processos de intensificação do uso do tempo têm estreita relação com o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Nos últimos anos, tem sido dada bastante atenção a essa situação, que tem lugar particularmente entre as mulheres empregadas e de baixa renda.

³⁴ Situação que se observa nos estudos do uso do tempo.

Em todo caso, as mulheres como grupo humano subordinarão o trabalho de mercado às necessidades – biológicas, relacionais e afetivas – postas pelas pessoas do lar ou da família. Os homens, ao contrário, seguirão com sua dedicação prioritária – e muitas vezes exclusiva – ao mercado. Ao contrário das mulheres, seu referente principal segue sendo o trabalho remunerado ao qual oferecem uma total disponibilidade de tempo. Assim, os requisitos de cuidados diretos no lar se convertem, para eles, em uma variável residual e ajustável de seu objetivo principal: a atividade mercantil pública³⁵.

A situação descrita para homens e mulheres fica perfeitamente refletida nos modelos de participação de cada um deles ou delas no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, a participação masculina responde ao modelo de U invertido: os homens se incorporam no mercado de trabalho na idade ativa e nele permanecem até a idade da aposentadoria.

Esse modelo é característico do modelo familiar *male breadwinner*, que tem permanecido intacto ainda depois da massiva entrada de mulheres no mercado de trabalho. Assim, os homens continuaram a dedicar seu tempo de trabalho somente ao mercado e têm mantido sua forma de participar.

O modelo feminino, por sua vez, não tem forma de U invertido, mas assumiu formas diferentes de acordo com a situa-

³⁵ Em estudo realizado em Barcelona (Carrasco et al., 2000), encontra-se ampla informação sobre o uso do tempo de mulheres e homens e a tipologia do lar. Como exemplo, a relação entre as médias sociais de tempos dedicados ao trabalho familiar doméstico e ao trabalho de mercado para as mulheres é de 1,8 em casais sem filhos e de 1,3 em casais com filhos; já para os homens é de 0,5 e 0,3, respectivamente. Mas observa-se que a relação entre a média social dos tempos dedicados pelas mulheres ao trabalho de mercado com relação aos homens, é de 0,64 para casais sem filhos e 0,59 para casais com filhos. Ainda que separadamente as diferenças sejam maiores para os níveis de renda mais baixos, constata-se claramente, com esses dados, a tendência dos homens de dedicar seu tempo ao trabalho de mercado.

ção sócio-histórica e cultural de cada país. Tradicionalmente esse modelo podia ter dois picos – ou, o que dá na mesma, forma de M –, o que representava a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, sua retirada ao nascimento do primeiro filho, sua reincorporação quando o/a filho/a menor alcança a idade escolar e, finalmente, sua retirada na idade da aposentadoria; ou um pico, que representava a volta das mulheres ao mercado de trabalho depois do nascimento do/a primeiro/a filho/a. Esses modelos têm tido suas formas modificadas, mostrando uma lenta tendência no sentido de ganhar a forma de U invertido. No entanto, em nenhum caso chegou a ter esse desenho nem mesmo nos países do norte de Europa, com tradição mais antiga de participação feminina.

Não creio que essa situação seja uma questão de “atraso temporário”; mais ainda, creio que, se em algum momento o modelo feminino chegar à forma de U invertido, não estará representando o mesmo que o masculino, mas escondendo uma forma de participação muito diferente da dos homens: jornadas de tempo parcial, maior temporalidade etc.

Os diferentes modelos e formas de participação feminina estão refletindo que a prioridade das mulheres está posta em outro lugar, não no trabalho de mercado com as exigências atuais. Isso não significa que elas não desejem participar do trabalho remunerado, mas que ajustam sua participação às necessidades de cuidados. Se estas estivessem resolvidas de outra maneira – com outra organização social e participação masculina –, elas poderiam assumir ambos os trabalhos em condições análogas às dos homens.

AS MULHERES ACOMPANHAM A VIDA

Se observarmos agora o reverso da medalha, a outra parte do processo, veremos que a participação feminina no trabalho familiar doméstico, sim, tem forma de U invertido, aná-

loga à dos homens no mercado, mas com incorporação mais precoce e sem cessar no trabalho, até que as condições de saúde o permitam.

Agora, uma característica importante do trabalho de cuidados é que sua realização não é linear, mas segue o ciclo da vida: intensifica-se claramente quando se trata de cuidar de pessoas dependentes: crianças, pessoas idosas ou doentes. Daí que a intensidade da participação das mulheres no trabalho familiar doméstico depende, em parte importante, de sua situação no ciclo vital: o usual é que aumente quando se passa a viver em dois, continue aumentando quando se têm filhos, diminua – embora se mantenha elevada – quando estes crescem e volte a aumentar quando se tem responsabilidade por uma pessoa adulta. E, em qualquer momento, essa participação pode aumentar por alguma situação específica: doença, acidente de alguma pessoa do entorno afetivo etc. Nesse sentido, podemos dizer que as mulheres, por meio de seu tempo e trabalho, acompanham a vida humana.

No entanto, a participação doméstica dos homens, além de ser absolutamente minoritária, é bastante linear, no sentido de que sua intensidade praticamente não é afetada pelo ciclo vital³⁶. Esse comportamento responde perfeitamente à figura do *Homo economicus*, personagem representativo da teo-

³⁶ Segundo o mencionado estudo realizado em Barcelona, nos lares unipessoais femininos se realizam 71% mais de trabalho familiar doméstico (TFD) que nos masculinos. Quando em casal, as mulheres aumentam seu TFD em 37% em relação a quando viviam sozinhas e os homens mantêm as mesmas horas de quando viviam sós. Quando passam a ter filhos, como é lógico deduzir, as mulheres voltam a aumentar suas horas de TFD em 31% em relação a quando em casal mas sem filhos, mas, surpreendentemente, os homens diminuem seu TFD em 27%. Ainda que aceitamos margens de erro na coleta de dados, creio ser possível afirmar que, em média, os homens não aumentaram – ao menos de forma significativa em relação às mulheres – seu trabalho doméstico quando têm filhos.

ria econômica que dedica todo seu tempo à atividade de mercado e não se preocupa com as atividades de cuidados³⁷. Mas o mais elementar sentido comum nos indica que o *Homo economicus* somente pode existir porque existem as “fêmeas cuidadoras”, que se responsabilizam por ele, pelos filhos e filhas, pela mãe e pelo pai.

Convém lembrar que os tempos de cuidados diretos apresentam outra característica: são mais rígidos no sentido de que não podem ser agrupados e muitos deles exigem horários e jornadas bastante fixos e, em consequência, apresentam maiores dificuldades de combinação com outras atividades. Mas se essa não é uma situação extraordinária ou que interesse valorizar como “boa” ou “má”, simplesmente é uma característica humana: todas e todos necessitamos ser cuidados em períodos determinados de nossa vida.

Em consequência, tomemos em consideração duas coisas. De um lado, estão os processos de flexibilização da produção – definidos como uma nova racionalização do tempo –, que supostamente beneficiariam trabalhadoras e trabalhadores, ao permitir-lhes um maior poder de decisão sobre sua organização do trabalho e familiar; de outro, estão as mudanças experimentadas pelo modelo familiar e as rigores exigidos pelas tarefas de cuidados. Considerando esses dois aspectos, podemos afirmar que a flexibilização imposta desde a empresa está implicando uma difícil “conciliação” entre o tempo de trabalho e os tempos das atividades públicas e de relações, particularmente para a população feminina, que experimenta não somente dificuldades consideráveis para estruturar suas vidas, mas também uma contínua tensão e contradição, ao superpor tempos de dimensões tão diferenciadas. Trata-se de uma contradição que repercute na própria categoria do ser das mulheres.

³⁷ O *Homo economicus* representa somente homens sadios em idade ativa.

Ao manter como objetivo social prioritário a obtenção de lucro, a empresa pode impor o que para ela é uma racionalização do tempo e um incremento da eficiência, situação que, para as pessoas trabalhadoras, se traduz em um sério conflito, já que elas

“não operam exclusivamente no tempo mercantilizado, racionalizado e mecanizado do emprego industrial, mas em uma complexidade de tempos que de fato necessitam ser sincronizados com os tempos importantes de outras pessoas e com a sociedade em que as pessoas vivem e trabalham” (Adams, 1999: 19).

Mas essa situação não repercute da mesma forma em todas as pessoas. Há diferenças importantes segundo o gênero e as características do ciclo vital de cada uma. Pessoas jovens e solteiras encontram menos dificuldades para organizar seus tempos, ainda que as exigências de determinados horários (noites, finais de semana) possam afetar suas relações. Homens adultos seguramente não têm conflitos em combinar horários de trabalho, ainda que a flexibilização possa afetar sua vida familiar. Finalmente as mais prejudicadas serão as mulheres que têm responsabilidade com pessoas dependentes e necessitam coordenar e sincronizar seus horários com praticamente todos os membros do lar.

POSSÍVEIS CENÁRIOS FUTUROS

Observada a essência do conflito – a contradição básica entre a lógica do cuidado e a lógica do lucro –, que possíveis alternativas podem ser vislumbradas? Seguramente várias. Dependerá da força, poder e vontade política de implementar políticas que tendam a favorecer umas ou outras. Em minha opinião, as diferentes alternativas podem se resumir em três, que em ordem crescente de otimismo seriam as seguintes:

■ A primeira, a mais pessimista, é a consolidação do modelo atual: o objetivo central permanece na produção capitalista e na obtenção de lucros, com os homens também tendo como atividade fundamental sua participação no mercado e as mulheres realizando ambos os trabalhos.

Nesse modelo, as mulheres de rendas média e alta podem buscar soluções privadas e aliviar sua carga de trabalho adquirindo mais bens e serviços no mercado, o que dificilmente seria possível para de renda mais baixa. Além disso, é possível que cada vez mais mulheres de rendas mais elevadas passem parte de seu trabalho familiar doméstico a mulheres (e homens) imigrantes de países mais pobres, com o que o problema não estaria sendo resolvido, mas simplesmente adquirindo dimensões mais amplas; de alguma forma, esse problema estaria sendo “globalizado”.

■ A segunda alternativa trata, no fundamental, do modelo anterior, mas com políticas que colaborem em determinadas tarefas doméstico-familiares, o que atenuaria o trabalho das mulheres. Por exemplo, maior número de creches, serviços mais amplos de atenção às pessoas adultas ou doentes etc., e políticas de emprego específicas para a população feminina. Apontam nessa direção as chamadas *políticas de conciliação*.

A situação social, de trabalho e familiar das mulheres dependeria dos recursos destinados a esses tipos de políticas.

■ Finalmente a alternativa mais otimista coloca uma mudança de paradigma que signifique olhar, entender e interpretar o mundo da perspectiva da reprodução e da sustentabilidade da vida.

Aceitar que o interesse deve se situar no cuidado das pessoas significa também deslocar o centro de atenção do público e do mercantil à vida humana, reconhecendo nesse processo a atividade de cuidados realizada fundamentalmente pelas mulheres.

Mudar o centro de nossos objetivos sociais muda nossa visão do mundo: a lógica da cultura do lucro ficaria sob a lógica da cultura do cuidado. Duas lógicas tão contraditórias não podem ser “conciliadas”; não se pode estabelecer um consenso ou uma complementaridade entre elas. Necessariamente devem ser estabelecidas prioridades³⁸: a sociedade se organiza ou tendo como referência as exigências dos tempos de cuidados ou sob as exigências dos tempos da produção capitalista.

Dessa perspectiva, por exemplo, as políticas atuais de “conciliação” da vida familiar e de trabalho perdem sentido, já que não abordam o problema de fundo, mas colocam mínimos ajustes, mantendo no entanto como objetivo central a obtenção de lucro, isto é, os tempos de cuidados devem seguir ajustando-se aos tempos de produção capitalista.

Além disso, tais políticas – embora não o explicitem – estão dirigidas basicamente às mulheres, quando são majoritariamente os homens que ainda “não conciliam” seus tempos e suas atividades. De fato, nós, mulheres, temos estado sempre em uma prática contínua de “conciliação”, sem necessidade de leis ou políticas particulares. É possível que uma lei de “conciliação de trabalho familiar e mercantil”, dirigida especificamente aos homens, constitua uma forma exitosa de dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho familiar doméstico³⁹.

Se optamos pela vida humana, como é nossa proposta, então seria necessário organizar a sociedade seguindo o modelo feminino de trabalho de cuidados: uma forma descontínua

³⁸ Sem dúvida, isso dependerá do poder de negociação dos diferentes atores sociais.

³⁹ Outro exemplo de atividades ou políticas que, dessa perspectiva, não seriam aceitáveis é a insistência do discurso oficial em um futuro com suposta escassez de mão-de-obra para o trabalho assalariado, sem que se faça menção à “escassez de mão-de-obra para os trabalhos de cuidado”, que, em princípio, seria um problema mais grave em uma população envelhecida.

nua de participar no trabalho familiar que dependerá do ciclo vital de cada pessoa, mulher ou homem; os horários e jornadas de trabalho teriam de ir se adaptando às jornadas domésticas necessárias, e não ao contrário, como se faz atualmente; os tempos mercantis teriam de ser flexibilizados, mas para se adaptarem às necessidades humanas. O resultado seria uma crescente valorização do tempo não-mercantilizado, que colaboraria para que o setor masculino da população diminuísse suas horas dedicadas ao mercado e fosse assumindo sua parte de responsabilidade nas tarefas de cuidados diretos. Dessa forma seria possível conquistar a “igualdade” entre mulheres e homens, porque estes estariam imitando as primeiras ao participar de forma similar no que são as atividades básicas da vida.

Paralelamente a participação de uns e outras no trabalho iria sendo homogeneizada. Finalmente o papel das políticas públicas seria de criar as condições para que todo esse processo pudesse efetivamente se desenvolver.

Situação diferente é a que se coloca atualmente a partir das “políticas de igualdade”, em que se supõe que as mulheres devem se igualar aos homens no modelo masculino de emprego e no uso do tempo. Não é necessário frisar que esse “igualamento” só poderia ser assumido por uma minoria de mulheres de elevada qualificação e nível de renda.

Não se trata, em conseqüência, somente de uma mudança em tempos de trabalho nem de partilha do emprego, pois a proposta vai muito além de um assunto de “horas”. Daí ser fundamental, em primeiro lugar, reconhecer que existem tempos – de reprodução e de regeneração – que têm sido invisibilizados pelo tempo-dinheiro, que se desenvolvem em contexto diferente do tempo mercantil e, em conseqüência, não podem ser avaliados por critérios de mercado, baseados na idéia de um “recurso escasso”. Em segundo lugar, é preciso reconhecer que tais tempos são fundamentais para o desenvolvimento humano e que o desafio da sociedade é articular

os demais tempos sociais em torno deles. Enquanto esses tempos que caem fora da hegemonia do tempo mercantilizado forem ignorados, serão impossíveis o estudo das inter-relações entre os diferentes tempos e a consideração do conjunto da vida das pessoas.

Em conseqüência, a proposta implica considerar a complexidade da vida diária, os diferentes tempos que a configuram, as relações entre uns e outros, as tensões geradas, para tentar geri-la em sua globalidade, tendo como objetivo fundamental a vida humana. Ainda que se coloque a longo prazo, o objetivo permite ir pensando em medidas a prazo mais curto que apontam na direção assinalada. A experiência de trabalho das mulheres nos ensina que a situação de cada pessoa tem estreita relação com seu ciclo vital, de modo que não tem muito sentido pensar em políticas gerais que afetem toda a população por igual. É necessário ir experimentando diversas alternativas de organização e diversificação dos horários, as jornadas, os tempos livres etc., em cada situação específica, e sempre sob a idéia do objetivo final assinalado. Trata-se, em definitivo, de acabar com a organização social e os papéis de mulheres e homens herdados da Revolução Industrial.

Somos conscientes de estar propondo uma verdadeira “revolução”, uma mudança absoluta de nossa concepção de mundo. Porém parece-me que hoje a única utopia possível é: apostar a fundo na sustentabilidade da vida humana.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, B. “Cuando el tiempo es dinero”, *Sociología del Trabajo*, Nueva Época, 37, otoño de 1999.
- ALONSO, L.E. *Trabajo y ciudadanía*. Madrid, Trotta, 1999.
- ARENDT, H. *La condición humana*. Buenos Aires, Paidós, 1998. [Edição original 1958.]

- BEVERIDGE, W.H. *Report on Full Employment in a Free Society*. London, 1944. [White Paper]
- BONKE, J. "Los conceptos de trabajo y de cuidado y atención: una perspectiva económica", *Política y Sociedad*, n. 19, 1995.
- BORDERÍAS, C., CARRASCO, C., ALEMANY, C. *Las mujeres y el trabajo*; rupturas conceptuales. Barcelona, Icaria, 1994.
- BOSCH, A., AMOROSO, M. I., FERNÁNDEZ, H. *Arreladas a la tierra* [no prelo].
- CARRASCO, C. *El trabajo doméstico*; un análisis económico. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1991. Colección Tesis Doctorales.
- . "Género y valoración social: la discusión sobre la cuantificación del trabajo de las mujeres", *Mientras Tanto*, n. 71, 1998.
- . ALABART, A., ARAGAY, J. y OVEJERO, F. El trabajo doméstico y la reproducción social, *Serie Estudios*, n. 28, Madrid, Instituto de la Mujer, 1991.
- . ALABART, A., MAYORDOMO, M. y MONTAGUT, T. Mujeres, trabajos y políticas sociales: una aproximación al caso español, *Serie Estudios*, n. 51, Madrid, Instituto de la Mujer, 1997.
- . ALABART, A., DOMÍNGUEZ, M. y MAYORDOMO, M. Medición y valoración del trabajo familiar doméstico. Propuesta de una EPA alternativa. Madrid, Instituto de la Mujer, 2000. [Informe no publicado.]
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad doméstica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- DEL RE, A. "Tiempo del trabajo asalariado y tiempo del trabajo de reproducción", *Política y Sociedad*, n. 19, 1995.
- DOYAL, L. y GOUGH, I. *Teoría de las necesidades humanas*. Barcelona, Icaria, 1994.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Los tres mundos del Estado del Bien-estar*. Valencia, Alfons el Magnànim, 1993.
- . *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Barcelona, Ariel, 2001.
- FLORO, M. S. "Women's Well-Being, Poverty and Work Intensity", *Feminist Economics* 1(3), 1995.
- FOLBRE, N. "Holding Hands at Midnight: The Paradox of Caring Labor", *Feminist Economics*, vol. 1(1), 1995.
- GARDINER, J. "Rethinking self-sufficiency: employment, families and welfare", *Cambridge Journal of Economics*, 24, 2000.
- GOLDSCHMIDT-CLERMONT, L. y PAGNOSSIN-ALIGISAKIS, E. "Measures of Unrecorded Economic Activities In Fourteen Countries", *Human Development Report 1995*, New York, 1996. [Background Papers]

- HIMMELWEIT, S. "The Discovery of 'Unpaid Work': The Social Consequences of the Expansion of 'Work'", *Feminist Economics*, 1(2), 1995.
- HUMPHRIES, J. y RUBERY, J. (1984): La autonomía relativa de la reproducción social: su relación con el sistema de producción. In: BORDERÍAS, C., CARRASCO, C., ALEMANY, C. *Las mujeres y el trabajo*; rupturas conceptuales. Barcelona, Icaria, 1994.
- IZQUIERDO, M. J. *El malestar en la desigualdad*. Madrid, Cátedra, 1998.
- KRIEDTE, P., MEDICK, H y SCHLUMBOHM, J. *Industrialización antes de la industrialización*. Barcelona, Crítica, 1977.
- MEILLASSOUX, C. *Mujeres, graneros y capitales*. Madrid, Siglo XXI, 1987.
- PATEMAN, C. *El contrato sexual*. Anthropos, 1995
- PICCHIO, A. *Social Reproduction: the Political Economy of the Labour Market*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- . El trabajo de reproducción, tema central en el análisis del mercado laboral. In: BORDERÍAS, C., CARRASCO, C., ALEMANY, C. *Las mujeres y el trabajo*; rupturas conceptuales. Barcelona, Icaria, 1994.
- . Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: Carrasco, C. (ed.). *Mujeres y economía*. Barcelona, Icaria, 1999a.
- . Introducción. In: *Lavoro non pagato e condizioni di vita*. Italia, Consiglio Nazionale dell'Economia e del Lavoro, 1999b.
- RECIO, A. "La jornada laboral: una cuestión multiforme", 2001. [no prelo]
- SCHAEFER, D. (1995): "La producción doméstica en Alemania", *Política y Sociedad*, 19.
- SCHULTZ, T.W. "Nobel Lecture: The Economics of Being Poor", *Journal of Political Economy*, 88 (4), ago. 1980.
- SZALAI, A. (ed.). *The use of time: daily activities in urban and suburban populations in twelve countries*. The Hague, Mouton, 1972.

O “PRODUTIVO” DO TRABALHO REPRODUTIVO*

Martha Rosenberg**

Para falar da experiência de trabalho das mulheres proponho um enfoque dos aspectos subjetivos relacionados com a economia e a produção. O próprio nome Rede de Mulheres Transformando a Economia introduz esse aspecto da subjetividade e de sua importância como um processo de transformação que cria sujeitos. Quando os sujeitos se propõem tarefas e operam, pensam e atuam sobre campos da atividade social e da atividade humana, então estão atuando sobre campos que antes apareciam como obscurecidos ou excluídos.

Parece-me que o fato de as mulheres se proporem transformar a economia indica muito fortemente uma nova subjetividade feminina. Até agora elas eram agentes da economia, que as usava para reproduzir as relações econômicas existentes.

Nesse sentido, e para pensar em algumas questões econômicas a partir do enfoque da subjetividade, tomo um parágrafo da feminista inglesa Eleanor Rathbone (1924: x):

“Se da família forem subtraídos todos os apoios que a religião e a moralidade lhe têm emprestado, ainda assim, despida do atrativo verdadeiro ou falso que lhe conferia o romance romântico, resta o fato prosaico e indiscutível de que gerar, parir e criar filhos é o mais essencial dos negócios nacionais; isso não fosse feito, o mundo ficaria deserto em menos de um século”.

* Palestra proferida no Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2002. Publicada em León, Magdalena (comp.). *Mujeres y trabajo: cambios impostergables*. Porto Alegre, REMTE/MMM/Clacso/Alai, 2003.

** Psicanalista e ativista feminista da Red Mundial de Mujeres por los Derechos Reproductivos.

Proponho refletir sobre o fato de a mais essencial das atividades sociais, que se dá por garantida, corresponder ao trabalho não-remunerado das mulheres, que na verdade é pago por outras contas – com a mística da procriação.

A procriação tem sido sempre um *não*-tema, um *não*-assunto para as ciências sociais e a economia. Essa mística da procriação põe o tema da reprodução social a cargo da natureza ou de Deus, e não das relações sociais. E de tudo isso derivam a negligência e o descuido discriminatório em relação às mulheres, em especial no aspecto nutricional. Essa é mais que uma verdadeira disfunção social, pois, para se obter uma procriação de meninos e meninas saudáveis, se requerem mulheres saudáveis.

Daí o surgimento da questão da discriminação das mulheres nos aspectos de qualidade de vida. Criar uma nova vida é um processo material custoso, exige energia e trabalho da mãe, que muito freqüentemente é submetida a privações alimentares, entre outras. Custa também oportunidades perdidas no trabalho de gravidez, parto e criação: ninguém diz que não se possam escolher essas oportunidades ou optar por outras, mas não se pode negar os custos econômico e psíquico da maternidade para qualquer mulher. Além disso, há que se contabilizar os gastos com a gravidez, mesmo os daquela que não chega até o fim: os implicados em adotar um método contraceptivo; os das relações interpessoais que a revolução da paternidade significa; e outra série de gastos não estritamente econômicos, que não se contabilizam ou ficam ocultos.

Desde a Revolução Francesa, embora tenham ficado excluídas dos ideais de igualdade e liberdade, as mulheres tiveram um papel importante nas transformações sociais. Esse papel foi indispensável, ainda que elas sempre tenham tido menos direitos e mais deveres impostos por uma classe que se autodenomina universal, a dos homens sujeitos de direito. Esse tipo de localização produziu uma subjetividade e um mal-estar específico das mulheres, que, nas sociedades modernas,

funciona como matéria-prima necessária para todas as operações de pensamento que a psiquiatria moderna significa.

A enorme produção científica e cultural que é parte da psiquiatria moderna tem tentado explicar esse mal-estar assinando que as mulheres são sujeitos obrigados ao sofrimento, pelo fato de participarem de uma ordem social que ignora sua especificidade e suas características e as obriga ao sofrimento para poderem se incorporar a uma ordem androcêntrica. Nessa ordem, ser mulher tem um significado de carência. Isso as obriga a se acomodarem, pela interiorização dessas normas, em deveres pelos quais ser mãe e esposa é uma obrigação, e não uma escolha. Isto é, na falta de liberdade e de igualdade para escolher, elas são obrigadas a ser heteronômicas, ou seja, definidas a partir de outro lugar e complementares ao homem.

Mas a complementaridade supostamente natural entre homens e mulheres, que pode ser apropriada e pertinente para a relação de reprodução biológica, se traslada ao social. Supõe-se, então, que há uma relação direta entre a complementaridade sexual para a reprodução e a complementaridade social para as relações que não sejam reprodutivas.

Rousseau dizia que a mãe deve *reproduzir* a sociedade e o pai deve *produzir* a mudança social. Essa distribuição entre reprodução e produção se desloca e se modifica permanentemente, pela existência de motivações que não podem ser reduzidas às caracterizações que herdamos dos gêneros sexuais. Mas tem-se utilizado até mesmo a medicina para explicar e controlar os modelos de gênero de homens e mulheres, e para entrar na pauta socialmente aceita de domesticação da sexualidade das mulheres, uma sexualidade vista como poder temido e, por isso, controlada por ambos os gêneros. Por isso se afirma que, quando as mulheres são mães, muitas vezes elas se transformam em controladoras da sexualidade de suas filhas; controla-se o livre exercício da sexualidade feminina

Também nos chama a atenção o fato de os discursos sociais, especialmente sobre a maternidade, serem centrados na criança, pois isso significa que eles seguem o esquema capitalista de focalizar e dar visibilidade ao produto final enquanto se oculta o processo de produção. No processo de reprodução, há permanentemente um processo de produção oculto, e isso deve ser levado em conta.

As leis da ordem social em geral estão expressas pelo direito civil em um momento dado. O direito se apresenta como uma normativa de definição do que se pode e do que não se pode fazer, mas também como um atributo de cidadania plena. Isto é, o direito tem o atributo de legitimar os atos individuais. Assim, as leis da ordem social, que se reproduzem pela organização familiar, parecem se omitir da reprodução das espécies, para se ocupar da reprodução dos bens.

O que domina, segundo Luce Irigaray (1987: 141), é a economia, que também impõe sua lógica à dinâmica das relações sociais de reprodução. Nessa lógica, à ética do capitalismo regula as associações familiares e o que se gera como imperativo é produzir mais-valia. Se uma mulher, no exercício de suas capacidades de procriar, deve produzir mais-valia, esta nem sempre é econômica, embora a lógica que a regula o seja. Isto é, para cumprir seu papel na maternidade, ela deve produzir algo que tenha mais-valia e não lhe seja pago.

Nesse contexto, é indispensável que as mulheres reflitam ao enfrentar as decisões relacionadas à sua capacidade biológica de reproduzir e gestar. Aparentemente essas ações e decisões são reguladas por uma moral de tipo religioso que entra frequentemente em conflito com as leis – e os usos –, ainda que por trás delas estejam determinações econômicas, muitas vezes disfarçadas de valores religiosos.

Diante da complexidade dessa situação, é preocupante o fato de frequentemente se projetarem questões sobre a saúde reprodutiva e a sustentabilidade da vida, que se limitam e

se reduzem ao controle da atividade ou ao planejamento familiar ou à transmissão de doenças.

Considero que, na concepção de saúde reprodutiva, se produz uma inquietante redução, que transforma o processo social de procriar e criar filhos em um evento essencialmente biológico. Por isso se fala, utilizando um conceito biológico (por exemplo, o de ciclos vitais), de uma existência feminina instintiva e determinada por critérios de uma temporalidade biológica, e não pelas influências sociais de classe e gênero. Essa situação subtrai das mulheres o poder de agir inteligentemente e transformar seu meio ambiente.

De acordo com Imrana Quadeer, existe o perigo de se utilizar um enfoque médico ou medicalizado da saúde reprodutiva, que projeta a maternidade no interior da família e omite os fatores macrossociais, econômicos e políticos. Também a partir dessa concepção, o que se consegue é privilegiar ações específicas e focalizadas na família e também na mulher. Nessa concepção aparece uma idéia de intervenção política e social sobre a mulher, e não sobre as condições de contexto que determinam as formas de exercer a maternidade.

Qualquer política que se proponha enfocar a questão da maternidade deve ter uma integralidade absoluta. A maternidade é uma instituição ancestral e muitas vezes é abordada de forma totalmente abstrata, negando ou ignorando os vínculos sociais, familiares, institucionais, presentes, passados e futuros e que se regulam por diferentes discursos. Esses discursos – da Igreja, da medicina, do direito, da psicologia, da sexologia – institucionalizam o lugar das mulheres e impõem preceitos específicos, como a castidade, a virgindade ou o sacrifício.

Igualmente os modelos de saúde de mulheres, meninas e meninos partem de formulações elaboradas para um cidadão supostamente neutro. Esses modelos não contemplam as especificidades de gênero nem qualquer outra. Nessas condições, não há nenhuma possibilidade de implementar a maternida-

de, porque, ao mesmo tempo, existem o tabu e a idealização sobre esse tema, se, pelos modelos neoliberais, o Estado fica livre de todo tipo de responsabilidade em relação ao bem-estar das cidadãs e dos cidadãos, de sua educação e saúde.

Uma experiência histórica muito importante foi a dos países industrializados na Segunda Guerra Mundial, onde e quando se coloca a origem do novo feminismo, com as experiências das mulheres da Inglaterra e sobretudo dos Estados Unidos. Nessa época, com os homens na Guerra, elas ficaram encarregadas da produção industrial. Terminado o conflito, foram retiradas novamente da produção e enviadas a seus lares, sem nenhum tipo de compensação. No entanto, essa geração de mulheres deu passos grandes e abriu portas e, por isso, o avanço de seus objetivos era já irreversível.

Creio que nós, mulheres, estamos permanentemente confrontadas com tais situações, em que a subjetividade nos move entre a obrigação e a pressão de resolver questões que até mesmo não desejamos ou escolhemos voluntariamente. Somos colocadas na condição de encontrar respostas para problemas que também não nos colocamos. Portanto, parece-me que a oportunidade das crises é um momento em que as mulheres tomam consciência e assumem responsabilidade sobre si mesmas e sobre as situações sociais, momento esse que nunca podemos desperdiçar. Nossa tarefa aí é mudar cotidianamente nossas vidas e fazê-las mais vivíveis e dignas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IRIGARAY, Luce. *L'universel comme médiation*. In: —. *Sexes et parentés*. Paris, Minuit, 1987. Trad. Martha Rosenberg.
- QUADEER, Imrana. *Socio-economic Aspects of Reproduction*. (Mimeo distribuído por WGNRR)
- RATHBONE, Eleanor. *The Disinherited Family*. London, Allen and Unwin, 1924.

POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E PAPÉIS DE GÊNERO DESAFIOS PARA UMA MAIOR EQUIDADE*

Emma Siliprandi**

*Só duas coisas têm valor na vida: comida e bebida
Comida é terra, deusa terra, dê-me terra
Tua velha conhecida
Que você chama pelo nome que te apraz
Pois com comida sólida, ela dá de mamar
aos mortais*

(ZÉ MIGUEL WISNIK E ZÉ CELSO
MARTINEZ CORREA)

O objetivo deste texto é apontar algumas questões sobre as implicações que as mudanças no modelo de produção e consumo de alimentos provocam na vida das pessoas, examinando as transformações que têm ocorrido paralelamente nas relações de gênero e, em particular, no que se refere à divisão do trabalho doméstico. Parto da premissa colocada por Harriet Friedmann (2002) de que

“as mais íntimas práticas das pessoas, pelo mundo afora, em termos de alimentação, e que são desconhecidas umas das

* Uma versão preliminar foi discutida em reunião da Rede Economia e Feminismo, em São Paulo, em junho de 2003, e procurei incorporar as sugestões ali apresentadas. Agradeço a Maria Emília Pacheco Lisboa, Fernando Barroso e, especialmente, Leonardo Melgarejo, pela leitura crítica dos originais.

** Engenheira agrônoma, mestre em Sociologia, membro da Rede Economia e Feminismo (REF) e da Rede Interamericana Agriculturas e Democracia (RIAD).

outras, são vinculadas – e desvinculadas ao mesmo tempo – pela produção, processamento, transporte, venda, compra, preparo e ingestão dos alimentos” (p. 72).

Nesse artigo, ela mostra como se deram as mudanças históricas nas estruturas de produção e distribuição de alimentos e nas práticas das pessoas, no campo da alimentação, desde os padrões internacionais de produção e comércio até as relações familiares – pois é dentro da casa que se organiza a aquisição, a preparação e a partilha dos alimentos.

Retomarei brevemente algumas das mudanças que entendo como mais relevantes, dentre as ocorridas na (assim chamada por Friedmann) economia política da alimentação, para, em seguida, entrar na discussão das relações de gênero e suas implicações sobre o trabalho doméstico. Na sequência, farei um balanço do lugar reservado às mulheres nas políticas de segurança alimentar e finalizarei pontuando algumas questões que podem contribuir para as reflexões do movimento feminista quanto aos desafios que se impõem a quem busca construir uma maior equidade de gênero no campo da alimentação.

AS “LIVRES” ESCOLHAS DOS CONSUMIDORES NO CAMPO ALIMENTAR

*Já tenho um filho e um cachorro,
Me sinto como num comercial de margarina
Sou mais feliz do que os felizes...*

(ZECA BALEIRO)

O que se come, e como se come, em uma dada sociedade, não é definido individualmente pelas pessoas, com base unicamente em seu desejo pessoal. Depende da presença de sistemas de produção e distribuição, assim como de conhecimento sobre as formas possíveis de preparação e consumo dos ali-

mentos, que, por sua vez, dependem da combinação de outros fatores: do acesso das pessoas aos meios físicos e financeiros para obter aqueles alimentos (mediante sua produção direta ou aquisição no mercado); dos hábitos alimentares daquela sociedade; das leis que regem o mercado de trabalho; das relações familiares; do comércio internacional; da ação do Estado para garantir o direito das pessoas de se alimentarem etc. Esses diversos elementos interagem e se contrapõem, não havendo um ou outro campo da intervenção humana (a economia, a política, a cultura etc.) capaz de determinar, por si só, a forma como um povo organiza sua alimentação.

Harriet Friedmann mostra, no texto já referido, que aquilo que chamamos de “tradições” no campo da alimentação, foi fruto de muitas mudanças nos modelos de produção e consumo. De tempos imemoriais até os dias de hoje, o mundo vive uma constante construção/reconstrução das tradições alimentares, em que os conflitos por interesses econômicos e políticos determinam desde as práticas de plantio e as políticas industriais de transformação dos produtos agrícolas até as formas de comercialização dos alimentos. Como resultado desses conflitos se definiram as posições dos diferentes países atualmente no mundo como produtores/exportadores ou como importadores de alimentos, *in natura* ou industrializados.

“Os padrões de produção de alimentos que agora denominamos ‘tradicionais’ resultaram, pois, de movimentos em massa de povos, plantas e animais, que começaram no século XVI com a colonização” (p. 76).

O que entendemos hoje por globalização é uma espécie de intensificação desse processo, em particular desde a segunda metade do século passado, quando os mercados financeiros e os avanços nas comunicações jogaram importante papel.

No bojo dessa globalização, encontramos a idéia hoje hegemônica, seja nos países desenvolvidos, seja no chamado Ter-

ceiro Mundo, de que as políticas de desenvolvimento devem centrar-se na intensificação do comércio internacional (aumento das exportações e importações). Essas políticas têm sido garantidas pelas regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) e pelas orientações do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial. A diminuição das barreiras ao comércio imposta aos países do Terceiro Mundo levou-os a abrirem seus mercados às grandes corporações, sediadas nos países do Norte. Ao mesmo tempo, verificou-se uma crescente desregulamentação das atividades econômicas nos âmbitos nacionais, com implicações importantes sobre a segurança e autonomia alimentar de seus povos. No que se refere aos produtos agrícolas e alimentares, houve, por um lado, o desmantelamento dos modos locais de produção e consumo (pela necessidade de gerar produtos agrícolas para exportação e pela diminuição das políticas destinadas a apoiar a agricultura familiar, como, por exemplo, aquelas voltadas para os mercados internos), levou, por outro, a uma crescente homogeneização da cultura alimentar.

O lado da produção

As relações entre os diferentes segmentos do sistema agroalimentar nem sempre são harmônicas. Ademais, não há um único modelo de relacionamento entre produção agrícola, indústria de transformação, distribuição etc. John Wilkinson (1989) mostra que o sistema agroalimentar é um ramo *sui generis* da estrutura industrial, devido a limitações impostas por seus dois componentes principais: a *produção agrícola*, que determina a oferta dos alimentos e matérias-primas para as indústrias, e os *padrões de consumo*, dependentes da própria capacidade do corpo humano de digerir e absorver os alimentos. Se não houvesse essas limitações, já poderíamos ter “evoluído” para a comida totalmente industrializada – como as pilulas ou

“comidas de astronauta” que, durante muito tempo, povoaram nossa imaginação como sendo o alimento do futuro.

Wilkinson nos mostra que os esforços no sentido de acoplar a agricultura à indústria têm se revelado particularmente problemáticos, porque tratam de articular sistemas produtivos que obedecem a leis distintas:

“[...] a indústria caracteriza-se por processos produtivos previsíveis, contínuos e controláveis, enquanto a agricultura permanece sujeita aos riscos e ritmos sazonais da natureza” (p. 14).

A evolução nessa relação vem se dando no sentido de afrouxar a interdependência entre esses setores. Por um lado, a “industrialização” da agricultura tem promovido maior homogeneização da produção agrícola (via insumos químicos, mecanização, modificações nos processos biológicos, engenharia genética etc.), de forma a tentar escapar das determinações da natureza; por outro, a indústria de alimentação tem, sempre que possível, substituído os produtos agrícolas como fontes de matérias-primas, utilizando, cada vez mais, produtos intercambiáveis. Wilkinson traz o exemplo da margarina, um produto que, em primeiro lugar, liberou as indústrias de alimentos da dependência em relação à produção do leite, substituindo-o pela banha e, depois, pela soja; posteriormente, criou a possibilidade de utilização de vários tipos de óleo – não apenas o de soja – tornando as indústrias alimentares ainda mais flexíveis com relação à oferta de matéria-prima. A utilização de insumos químicos e biológicos nas indústrias de alimentos também cresceu enormemente nas últimas décadas (o que é visível ao examinarmos o rótulo de qualquer alimento industrializado que consumimos cotidianamente), mas não foi capaz de substituir integralmente os processos de cultivos baseados na relação com a terra.

Esse autor mostra, ainda, que o beneficiamento dos produtos *in natura* vem se complexificando com a criação de novas

tecnologias, que não apenas transformam os produtos (leite em queijo, frutas em geléias etc.), como também criam novas possibilidades de consumo, sofisticando o já complexo sistema de abastecimento alimentar. Os diversos métodos de conservação (desde os primeiros enlatados, passando por desidratação, liofilização, congelamento, resfriamento etc.) são exemplos disso. A diferenciação dos produtos, os serviços agregados, o poder da publicidade, os preços etc. vão ser fatores influenciadores da preferência dos consumidores e alvo de ações específicas das empresas, conformando um novo modelo de sistema, onde os vários setores componentes (agricultores, cooperativas, indústrias de insumos agrícolas, setores de primeira e segunda transformação, distribuidores, indústrias de produtos finais) vão disputar entre si, fazer alianças etc. para procurar deter maiores fatias de mercado, mais lucros e, portanto, maior poder dentro da cadeia de produção (p.18).

Do ponto de vista da produção agrícola, isso significa que o setor produtivo deve adequar-se crescentemente às condições de produção impostas pelas grandes corporações, sejam as indústrias de insumos, sejam as processadoras de alimentos, que operam em condições de oligopólios: serão exigidos padrões de produtividade, uniformização das características do produto, tecnologias de produção etc. que atendam a um determinado mercado, dentro de certos parâmetros de competitividade – aumentando a escala, especializando-se em determinados cultivos, diminuindo os custos de produção, garantindo uma oferta constante e homogênea etc. Esses padrões nem sempre podem ser atingidos pelos pequenos produtores, que ou se adaptam, ou são alijados desses mercados. O caso das sementes transgênicas é bem esclarecedor a respeito, ao escancarar a relação empresas de sementes-produção de insumos e a imposição de um padrão de produção que não deixa escolha aos agricultores.

As tentativas de produzir em outros padrões – como a produção ecológica, ou orgânica – não encontram ainda um ambiente favorável em termos de apoio estatal, pesquisa, tecnologia disponível, crédito acessível etc. para se desenvolverem, ao menos nos países do Sul. Ainda assim, essas tentativas têm cumprido um papel fundamental como espaços de resistência a esse modelo de produção, resgatando valores, como o papel da agricultura familiar enquanto um modo de vida, o compromisso dos produtores com os consumidores de seus produtos, a lógica da preservação da vida em sobreposição à lógica da supremacia dos mercados etc. Enquanto processos produtivos, porém, estão ainda longe de se tornarem massivos, ficando reservados a determinados públicos ou segmentos bem específicos que constituem nichos de mercado.

De forma bem geral, essas considerações sobre o sistema agroalimentar nos mostram que as mudanças que vêm ocorrendo nos modelos produtivos tomaram vários caminhos: crescente modificação dos processos agrícolas, tendendo à homogeneização da produção, em que tem grande peso a indústria de insumos (especialmente de sementes) e a indústria de transformação; menor dependência da indústria de alimentação em relação aos produtos agrícolas (pela substituição de matérias-primas e pelo avanço dos processos biológicos e químicos de transformação); desregulamentação do comércio internacional de produtos agrícolas, favorecendo os interesses das grandes corporações agroalimentares dos países industrializados, com conseqüências importantes quanto ao desmantelamento dos sistemas locais de produção de alimentos. A questão não se esgota nessa discussão, apesar de sua amplitude. Existem, do lado da demanda (ou padrão de consumo) dos alimentos, elementos também importantes para a definição dos padrões alimentares.

O lado do consumo

*Se vivendo a minha vida, sinto a falta de alguém,
A saudade me levanta
Sai dizendo para mim, na tristeza dê um fim: tecnologia é tanta!
Microondas, avião, cumpram a sua função,
Calme um coração que sangra...*

(MAURICIO PEREIRA e ANDRÉ ABUJAMRA)

O primeiro fator a considerar é o processo crescente de urbanização que ocorreu tanto nos países desenvolvidos como nos do Sul. A migração campo–cidade dos últimos quarenta anos, em países como o Brasil, por exemplo, é bastante conhecida; e tem raízes nas políticas de industrialização, no modelo agrícola poupador de mão-de-obra e concentrador de terra e renda, entre outros fatores. A existência dessa população urbana cada dia maior significa uma demanda também crescente de alimentos que, por sua vez, devem chegar aos domicílios e aos locais de consumo de forma totalmente diferente da que ocorria no meio rural ou nas pequenas cidades.

A presença crescente das mulheres no mercado de trabalho, por sua vez, induz a uma pressão para que as refeições feitas em casa tendam a ser poupadoras de tempo e de mão-de-obra. Os eletrodomésticos, como fornos de microondas, *freezers*, processadores de alimentos, ainda que acessíveis a apenas parte das classes média e alta, buscam preencher essas novas necessidades. Os produtos alimentares apresentam mais e mais “serviços” agregados (como as refeições prontas, as embalagens individuais, os pré-preparos, os produtos tipo longa-vida etc.), para que o trabalho do consumidor se resume a abrir a embalagem e consumir o produto. Há um crescimento do setor de entregas domiciliares de refeições prontas. E a menor presença das mulheres em casa, em todos os estratos sociais, também tem como conseqüência o

aumento do consumo de produtos industrializados, fora de casa, por parte das crianças (como os lanches escolares, por exemplo).

Com o aumento da população das cidades, passa a ser cada vez mais difícil para as pessoas se deslocarem do trabalho para casa e vice-versa, favorecendo o consumo de alimentos fora dos domicílios (em restaurantes, bares etc.). Por outro lado, para as classes médias e com maior poder aquisitivo, o hábito de consumir refeições fora de casa passa a ser relacionado com lazer, cultura e acesso a serviços, muito bem simbolizado pelas redes de *fast-food*, tal como as conhecemos hoje.

Também no meio rural, as formas de consumo de alimentos se modificaram, até mesmo em função das mudanças nos sistemas de produção agrícola, como a maior especialização em determinados produtos, em detrimento dos policultivos. Outros fatores, como o maior acesso à energia elétrica e ao abastecimento de água, a penetração da televisão, a saída das pessoas da propriedade para exercer trabalhos não-agrícolas etc., também influenciam. Mesmo admitindo-se que a propriedade agrícola nunca tenha sido uma ilha de auto-suficiência e que sempre tenha havido trocas de produtos *in natura* por industrializados, é visível que, hoje em dia, esse processo é cada vez maior. Ao visitar qualquer família rural, seja de produtores familiares, assentados de reforma agrária, trabalhadores assalariados, veremos que a quantidade significativa de alimentos industrializados consumida cotidianamente é composta também por produtos que eram produzidos historicamente em sua propriedade. Essa substituição dos alimentos produzidos no estabelecimento por outros, de mercado, pode se dar em função da praticidade de preparo, do preço ou da transformação do paladar das pessoas, que vão se habituando aos novos produtos (como o café instantâneo, a própria margarina ou o frango produzido industrialmente e vendido congelado, por exemplo).

Como apontam Renato Maluf e outros (2001), convivemos, no Terceiro Mundo, com um alto grau de heterogeneidade quanto à possibilidade de consumo de alimentos, em que parte da população tem acesso restrito aos mercados (por insuficiência de renda), enquanto outra apresenta um padrão de consumo semelhante ao dos países industrializados, tendo influência direta na valoração do tipo de alimentação que se consome. Ou seja, o padrão do que é “bom” ou “moderno” não é dado pela qualidade intrínseca dos alimentos (nutricional ou biológica), e sim pela imagem criada em torno deles, que é, por sua vez, grandemente formada pela publicidade.

Fazendo um pequeno parêntese com relação ao papel que cumpre a publicidade, vale a pena dar uma olhada em estudos que mostram a estruturação das *marcas* nas sociedades contemporâneas e como elas invertem a relação consumidor–produtor, colocando o consumidor de forma totalmente dependente em relação ao produto/serviço vendido. Em *O nome da marca*, Isleide Fontenelle (2002) analisa a formação do império mundial da McDonald’s, mostrando que “o que a rede menos vende é comida”. Ela afirma:

“Numa sociedade em que tudo é representação, o que [essa] faz é comercializar um estilo de vida para um suposto padrão universal. Um fetiche em que a marca, signos, uniformes das atendentes, programação visual, arquitetura moderna das lojas, tudo, busca atender a esse paladar”.

Nesse processo, há uma inversão de valores: as filas diante dos caixas, em vez de um incômodo para o cliente, passam a significar eficiência, rapidez, presteza; a pobreza nutritiva e a monotonia dos sanduíches e batatas fritas são apresentadas como um “suposto paladar mundial” (mais valorizado que os dos produtos locais, atrasados, “caipiras”); os espaços de diversão infantil são padronizados e controlados (horários rígidos, uniformização da programação etc.) e retiram qual-

quer possibilidade de criatividade ou atendimento personalizado. Assim, uma experiência que não teria, em princípio, nada de especial, passa a ser sinônimo de modernidade e luxo, e uma “experiência sensorial” desejada por segmentos crescentes de pessoas de todas as classes sociais em todo o mundo.

Ester Reiter (1999), em artigo sobre o papel cultural e ideológico da McDonald's, afirma: “*fast food* não tem nada a ver com comida”. O que está em jogo é um modelo de consumo, em que os indivíduos são levados a aspirar cada vez mais a ‘liberdade’ de escolher – mas apenas *a marca* dos bens que vão consumir, como a fórmula máxima para obter a felicidade. Ela mostra, ainda, como esse mercado é voltado desde bem cedo para as crianças, com promoções, diversões, campanhas, não só na televisão, mas patrocinando eventos infantis, e localizando-se perto ou diretamente dentro das escolas.

Em um estudo mais geral, Naomi Klein (2002) mostrou que o processo de construção das marcas não se ateve somente à indústria de alimentação, mas permeou todo o funcionamento das sociedades contemporâneas, sendo, na verdade, o que condicionou o desenvolvimento das grandes corporações (mais do que a “produção de bens e serviços”). Esse processo leva, cada vez mais, à concretização da transformação dos cidadãos em consumidores, em que os valores associados a esses bens se deslocam para os indivíduos que os consomem (“Você é – e, portanto, vale – o que você consome”).

Voltando aos alimentos, vemos que todo esse novo padrão de consumo exige também outra logística do setor de distribuição, de transporte e armazenamento, dominado, nas médias e grandes cidades, pelas extensas cadeias de supermercados que, por sua vez, também têm papel importante nas estratégias de publicidade e *marketing* das empresas produtoras de alimentos. As mudanças que vemos nesse setor não se restringem a impor prazos e formas de entrega dos produtos aos elos anteriores da cadeia (agricultura e indús-

tria alimentar), mas condicionam os próprios processos de fabricação dos produtos (que devem ter uma maior vida de prateleira, ser capazes de suportar grandes deslocamentos, ter mais serviços agregados, ser diferenciados para cada classe social etc.).

Efeitos colaterais

Se, por um lado, esse sistema significou potencialmente ganhos em praticidade no preparo dos alimentos, riqueza em variedade de ingredientes (pela facilidade de transporte, armazenamento etc.), tecnologias que garantem maior sanidade dos alimentos, pode-se afirmar porém que, por outro, essas vantagens não foram aproveitadas em sua total potencialidade e muito menos para o benefício do conjunto das populações. O predomínio dos alimentos industrializados tem resultado em várias doenças relacionadas com a “modernidade”; o excesso de consumo de gorduras, a contaminação por agrotóxicos, o aumento de doenças, como a obesidade e a hipertensão, também são imputados, em parte, aos maus hábitos alimentares. Para parte da população, porém, os problemas são principalmente derivados da falta de acesso à alimentação necessária para sua sobrevivência, tanto em quantidade como em qualidade. Esse quadro faz com que cresçam continuamente as estatísticas da fome e da desnutrição.

Há estudos mostrando, ainda, que a padronização do modelo alimentar tem levado a um afrouxamento dos laços de solidariedade social e comunitária, uma vez que as culturas alimentares específicas de cada região – que são um dos elementos de coesão social de uma comunidade – passam a ser substituídas por uma cultura homogeneizadora.

Debbie Field (1999), analisando projetos comunitários ligados à alimentação, comenta como a globalização do merca-

do de alimentos vem destruindo gerações de “comportamentos alimentares”, pela pressão exercida sobre regiões e culturas específicas para que substituam esses produtos por outros, “globais” (como o trigo). Ao mesmo tempo, essa substituição tem levado ao empobrecimento dos conhecimentos sobre ingredientes e tecnologias caseiras de preparo de alimentos; e à “erosão dos sabores” em toda a humanidade.

Para essa autora, há um dilema colocado pela “saída da cozinha” por parte das mulheres nas últimas décadas, que ela descreve como uma “rejeição ao ato de cozinhar”:

“Será que esta rejeição melhorou o nível de vida da maioria das pessoas? Sim e não. Certamente para aquelas que podem pagar, é maravilhoso poder ter a opção de comprar algumas comidas preparadas e não ter que reproduzir toda a nossa comida com as nossas próprias mãos, a cada dia. Ao mesmo tempo, perdemos muito de nossos valores nesse processo de acomodação. Um número alarmante de norte-americanos raramente experimenta a comensalidade, a descrição antropológica do hábito humano de sentar junto e comer como um grupo. A perda de conhecimentos e habilidades em cultivar e preparar os alimentos é evidente, a cada sucessiva geração [...]. Quem se beneficia com essas tendências? Certamente não as pessoas de rendas mais baixas, que vivem numa constante luta para conseguir dinheiro suficiente para jogar o jogo do mercado de alimentos. E certamente não a maioria das mulheres. A maioria das mulheres é pobre e, em todo o mundo, as mulheres pobres lutam diariamente para obter a comida que elas e as suas famílias necessitam para poder sobreviver” (p. 198).

Voltando às considerações de Harriet Friedmann, vemos que “as mudanças na economia política internacional da alimentação afetaram as formas de trabalho e o *modus vivendi* cotidiano das pessoas. O que as pessoas fazem para conseguir alimento, como

o preparam e o dividem, o que comem, quando e com quem, tudo isso é influenciado pela cadeia alimentar. Esta, por sua vez, está intimamente ligada à forma de vida familiar” (p. 87).

Analisar um pouco mais de perto essas mudanças é o caminho que vamos trilhar a seguir.

ALIMENTAÇÃO, TRABALHO DOMÉSTICO E PRODUÇÃO *VERSUS* REPRODUÇÃO: O DEBATE TEÓRICO DO FEMINISMO

*Ai, meu Deus, que saudades da Amélia
Aquilo, sim, é que era mulher
Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado
Dizia: Meu filho, o que se há de fazer?
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade.*

(MÁRIO LAGO E ATAULFO ALVES)

As questões relacionadas com a reprodução da vida humana, incluindo o trabalho doméstico, são abordadas por diversas autoras (como Antonella Picchio, 1999; Cristina Carrasco, 1999 e 2003; e outras), apontando a sua invisibilidade nas contas nacionais e no cálculo econômico em geral, como um processo que tem implicações para as análises sobre os gêneros, as classes sociais e o desenvolvimento.

Para Antonella Picchio, por exemplo, essa visão reducionista, que só focaliza a produção das mercadorias – e não a reprodução das pessoas – ao esconder uma parte do trabalho social, que é fundamental para a manutenção do sistema como um todo, penaliza as mulheres, que acabam por incorporar essa responsabilidade como parte de suas funções de gênero.

“O trabalho doméstico é o núcleo da reprodução social das pessoas. Não só requer energia física e emocional, mas também sobre ele recai parte da responsabilidade pela sobrevivência, bem-estar e felicidade de outras pessoas” (1999:202).

Estamos falando do trabalho de gerenciamento e preparo da alimentação, de manutenção da casa, de educação dos filhos, de cuidado com idosos e enfermos, além dos demais membros adultos da família. É um trabalho distribuído desigualmente entre os gêneros, que recai, em sua maior parte, sobre as mulheres. Embora possa ser complementado pela contratação de trabalho assalariado, por estruturas públicas e privadas de prestação de serviços ou por trabalho social voluntário, seus resíduos (o que não pode ser resolvido de outra forma) acabam sempre sobrecarregando as mulheres.

Analisando a relação entre o trabalho doméstico e a mercantilização dos trabalhos de reprodução, Dominique Fougeyrollas-Schwebel (1999) afirma que se trata de trabalhos não-remunerados, devido às relações de opressão entre homens e mulheres, uma vez que

“é enquanto mulheres que as mulheres são dominadas e é seu pertencimento a um gênero que institui a atribuição do trabalho doméstico a elas” (p. 63).

Ela afirma ainda:

“na medida em que os mesmos bens são produzidos fora da família, o trabalho que os produz é remunerado e, ao contrário, o trabalho das mulheres continua gratuito, ainda que sua produção seja trocada no mercado” (p. 64).

O modelo “idealizado” de família que vigorou no período entre-guerras (do homem dedicado ao trabalho assalariado e da mulher dona-de-casa) foi sendo transformado pela crise econômica e social que se seguiu (pela necessidade de as mu-

lheres trabalharem e pela emergência dos movimentos de mulheres, que reivindicaram o acesso ao mercado de trabalho), de tal forma que, segundo Fougeyrollas-Schwebel (1999), nos anos 90, somente 30% dos lares mantinham aquela configuração.

“No entanto, essa ampliação dos regimes de assalariamento não representou uma transformação do trabalho doméstico e, particularmente, uma repartição mais igualitária das tarefas entre os homens e as mulheres” (p. 65).

Cristina Carrasco (1999) lembra que esse modelo (*male-breadwinner*), embora tenha sido o modelo cultural dominante de família durante o capitalismo, não era totalmente válido para as mulheres das classes populares, que sempre estiveram presentes no mercado de trabalho.

As três autoras citadas coincidem em que, quando as mulheres entraram no mercado de trabalho de forma mais massiva, houve uma mudança nos modelos de família, em que os homens mantiveram a sua posição (de provedor), embora as mulheres apenas donas de casa tendam a desaparecer. Mas isso não significou que elas deixaram de ter como papel fundamental a condição de gestoras do lar e responsáveis pelos cuidados dos demais: significou, sim, que tiveram de se adaptar a esse duplo papel, ainda que, muitas vezes, não estando confortáveis em qualquer desses espaços (Carrasco, 1999).

Picchio (1999) salienta: o trabalho doméstico não pode ser analisado como os outros tipos de trabalho, porque está envolto em um processo histórico e cultural, que depende de políticas, instituições e culturas que variam ao longo do tempo e em diferentes locais. Assim, as análises que procuram situá-lo em um modelo econômico semelhante ao da produção de mercadorias (como o da economia da família, de Becker), não são satisfatórias para entendê-lo. Nesse modelo, adaptado da economia neoclássica, pressupõe-se a idealização da família como uma unidade socioeconômica em que: a divisão interna de

trabalho funcione com perfeita substituição entre os fatores; a própria família atue como uma unidade unificada de produção e consumo; tenha uma função de utilidade conjunta; a “cabeça” da família atue como representante da maximização da utilidade coletiva da família; e as relações dentro das famílias se caracterizem pelo compartilhamento das receitas e dos recursos por todos, sem distinção (Becker, 1981, apud Picchio, 1999:230).

Na reprodução das pessoas, estão em jogo outros elementos que não a racionalização do tempo: a diminuição dos custos e a redução das ineficiências, por exemplo – e que são de difícil mensuração, em termos de tempo gasto, produtividade, valor monetário atribuído etc. Por isso, as propostas que hoje colocam a necessidade de contabilização estatística acerca do trabalho doméstico, devem ser situadas, segundo Picchio (1999), como uma fase, dentro de um processo de negociação sobre a divisão de trabalho e dos recursos entre os gêneros, as gerações e as classes sociais. O que está em jogo é tanto a energia física e emocional gasta na garantia da segurança material e psicológica das pessoas (e, portanto, em sua qualidade de vida) quanto o custo do trabalho assalariado nos mercados locais e mundiais. A luta pela visibilização do trabalho não-remunerado tem implicações em nível mundial, porque repercute na maior ou menor qualidade de vida das populações.

Por outro lado, a ocultação do trabalho de reprodução social como uma questão econômica tem custos diretos para as mulheres, pois passa a ser um problema feminino (fazendo com que as mulheres se encontrem, em função disso, em condições desiguais de competir), e não de toda a sociedade.

“De fato, as mulheres interiorizam o conflito [...]. As mulheres suportam, tanto na família como no trabalho remunerado, os custos de uma contradição básica do sistema” (p. 207).

É isso que explica sua participação diferenciada no mercado de trabalho, transitando entre os dois mundos (produtivo e

reprodutivo) sempre em condições de desigualdade (salários menores, empregos precários, menor acesso à qualificação profissional) e sem o apoio público necessário (escassos serviços de cuidados, ausência de sincronização entre o tempo escolar e de trabalho etc.). Segundo Cristina Carrasco (1999), supõe-se sempre a presença de alguém (uma mulher) em casa, para organizar e resolver os problemas dos dependentes; ou seja, o Estado e a sociedade seguem contando com a família (mulheres) como instituição básica para a atenção e a segurança das pessoas.

No nível macroeconômico, vêm ocorrendo mudanças nos modelos de produção e reprodução, nos países tanto do Norte como do Sul, com a intensificação da globalização, das políticas de ajuste estrutural etc. Com o desmonte das políticas sociais, as mulheres, e também os homens, em certa medida, têm de fazer “malabarismos” para dar conta de seus papéis na família e no mercado, pesando prioridades a cada momento.

A visibilidade da importância do trabalho de reprodução não-remunerado e a insistência em seu caráter social abrem, para Antonella Picchio (1999: 221), diferentes possibilidades:

- evidencia-se que a igualdade é um mito, porque, embora o número de mulheres no mercado de trabalho tenha se elevado, não houve um aumento correspondente em seu bem-estar; além disso, mostrar que aumentou o trabalho não-remunerado dos homens não resolve o problema da carga que significa o trabalho de reprodução para o conjunto da sociedade. Ou seja, isso não faz com que diminua a porcentagem da carga de trabalho que a sociedade, como um todo, tem de enfrentar nem faz aumentar os salários;
- a mercantilização dos trabalhos de reprodução pode vir a aumentar as desigualdades sociais, mesmo que eles viessem a ser cumpridos, em parte, por organizações sem fins de lucro. Poderia haver uma diminuição das condições de vida de todas as pessoas, maior pobreza e exclusão, pela dimi-

nuição dos gastos públicos, insegurança no mercado de trabalho, redução dos programas sociais etc.

Tanto na crise dos Estados de Bem-estar como nas políticas de ajuste estrutural seguidas pelos países do Terceiro Mundo vê-se que:

“o bem-estar da população trabalhadora volta a ser considerado meramente como um custo para o sistema produtivo e se transfere, cada vez mais, para a família a responsabilidade de assegurá-lo” (Picchio, 1999: 224).

Ela continua:

“[...] ao final [...] se espera que sejam os indivíduos, e sobretudo as mulheres, quem adaptem seus comportamentos, resolvam as suas necessidades, refreiem seus desejos e adequem as suas decisões aos modelos idealizados de eficiência do mercado”.

As mulheres, nessa situação, estão sendo utilizadas como “amortizadoras” do “*dumping* social” (p. 233), ou seja, elas devem ser as “amélias” da canção popular, não só achando bonito não ter o que comer, mas ajudando a consolar os demais, servindo de exemplo de abnegação.

As saídas que vêm sendo buscadas pelas mulheres para dar conta dessas questões, mesmo quando há um incremento de sua presença no mercado de trabalho formal, têm sido a constituição de redes de proteção entre mulheres (parentes, amigas etc.) ou, no caso das de classes média e alta, a contratação de outras mulheres (empregadas domésticas) para substituí-las.

Riscos apontados por Antonella Picchio (1999): as mulheres não estão somente na família, elas estão na sociedade, e no Estado; dar visibilidade ao trabalho doméstico e da reprodução pode, no limite, trazer o risco de “enclausurar” as mulheres nas funções domésticas e de cuidado das pessoas, e torná-las ainda mais circunscritas a esses papéis históricos. Como fazer para escapar desse dilema? Dar visibilidade às

tarefas e responsabilidades que hoje estão sobre os ombros das mulheres, sem reivindicar que isso seja uma “prerrogativa feminina”? Como não escorregar, teórica e politicamente, nas armadilhas dos vários tipos de essencialismos? Voltaremos a isso na última seção deste texto.

AS MULHERES NAS PROPOSTAS DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Na formulação de políticas de segurança alimentar, é comum apontar-se para o fato de as mulheres não serem reconhecidas como produtoras de alimentos, seja na agricultura, seja na elaboração e preparo dos alimentos consumidos dentro das unidades domésticas e, portanto, acabam não tendo papel ativo como sujeitos dessas políticas. Quando são reconhecidas, tende-se a vê-las apenas como um “instrumento” para se atingir a segurança alimentar das famílias. O mesmo ocorre em relação a outros tipos de políticas, como as de nutrição e saúde, e de assistência social (como programas de transferência de renda, por exemplo), em que as mulheres são escolhidas como titulares em função de haver a convicção de que, com elas, os recursos serão utilizados para a família. É claro que o fato de passarem a ser titulares constitui um avanço para essas mulheres, pois é comprovado que o recebimento desses recursos fortalece sua posição na família e na comunidade. Mas é importante salientar que, muitas vezes, elas não são escolhidas por existir uma consciência na sociedade de que são portadoras de direitos, e sim porque, com isso, pode-se mais facilmente atingir “a família”.

Na agricultura

No caso das agricultoras, as lutas para reverter a situação de invisibilidade em que se encontram têm, em geral, enfati-

zado a necessidade de se colocarem recursos nas mãos das mulheres para melhorar as condições de produção dos itens agrícolas de subsistência; e, ainda, salienta-se a necessidade de melhorar sua educação, seu acesso a informações nutricionais e de saúde, como uma forma de melhorar sua própria nutrição, das crianças e demais membros da família. Também aqui se observa que, quando se consegue torná-las beneficiárias diretas de programas e projetos, os resultados em termos de empoderamento são evidentes. Mas a grande maioria das políticas de apoio ao desenvolvimento rural (como reforma agrária, crédito e assistência técnica) ainda tem “os chefes de família” – leia-se “homens” – como beneficiários (Siliprandi, 1999; 2002).

Algumas instituições que trabalham com essas políticas têm mostrado avanços no sentido de olhar diferentemente para as mulheres rurais, pelo menos no nível do discurso. Podemos citar como exemplo o Fida (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), da FAO, que financia programas e projetos de redução da pobreza e melhora dos níveis de nutrição e as condições de vida de famílias indigentes de regiões pobres, por meio do desenvolvimento rural e agrícola.

O modelo proposto pelo Fida segue, em linhas gerais, a metodologia ASEG (Análise Sócio-Econômica com Enfoque de Gênero), desenvolvida pela FAO (Huisinga Norem, 1997), que vem sendo testada por um conjunto de instituições ligadas ao desenvolvimento rural. Essa metodologia dá grande relevo para as atividades desenvolvidas pelas mulheres; e coloca questões, nas várias etapas dos projetos, sobre em que medida as ações propostas ampliam ou dificultam o acesso das mulheres a recursos (bens de produção e recursos financeiros, informações de mercado, formação profissional etc.). Também questiona se as mulheres estão tendo acesso ao poder de decisão, assim como se há, com a execução do projeto proposto, um aumento ou não da carga de trabalho que elas podem (ou estão dispostas a) suportar.

Na metodologia proposta pelo Fida (1999), parte-se do reconhecimento de que, para se obter um bom desenho e execução de um projeto, é preciso observar que

“as mulheres desempenham um papel fundamental no que respeita à capacidade da família de conseguir alimentos suficientes de maneira regular e sustentável”, assim como reconhecer “as funções diferentes, porém complementares que homens e mulheres desempenham nas atividades produtivas que formam a base da economia familiar”.

■ Aponta-se que, entre os pobres, as mulheres e as crianças podem ser os grupos mais afetados pela desnutrição, devido à distribuição desigual de alimentos dentro da família e ao excesso de trabalho que, usualmente, recai sobre as mulheres, com impactos significativos sobre suas condições de saúde.

Essas propostas, diferentemente da maioria, focam as mulheres como indivíduos, e não apenas como ponte para chegar a outras pessoas. Por outro lado, chamam a atenção para as estratégias de sobrevivência que essas mulheres consolidaram ao longo do tempo, preconizando seu fortalecimento e dando ênfase à necessidade de aumentar os recursos financeiros controlados por elas, como forma de aumentar sua autonomia.

Na prática, porém, há muitas críticas sobre a forma como essas propostas são implementadas. Muitas vezes, por imposição de instituições externas, “obrigam”-se determinados projetos a considerar as questões de gênero em seu desenho e execução, sem que as pessoas tenham tido o amadurecimento suficiente para incorporar essas questões como suas e sem que a genuína organização das mulheres locais seja respeitada. Vários exemplos desse tipo de relacionamento, entre financiadores, agentes do Estado, ONGs e organizações locais são discutidos em Cornwall (2000), onde fica claro que, quando há divergências entre as posições da organização

local e as dos financiadores, por mais “sensíveis ao gênero” que sejam os técnicos e lideranças envolvidos, tende a prevalecer a posição das instituições externas.

Em um documento de propostas organizado por Quisumbing e Meizen-Dick (2001), do IFPRI/CGIAR, reforça-se a idéia de que mudanças nas relações de gênero são condições para o desenvolvimento rural sustentável, do qual faz parte a garantia de segurança alimentar. As autoras partem da constatação dos papéis desempenhados pelas mulheres como produtoras de alimentos, administradoras dos recursos naturais, angariadoras de receitas e zeladoras da alimentação doméstica e da segurança nutricional das pessoas, e colocam a ênfase diretamente na necessidade de “empoderar” as mulheres, por meio de ações em diversas áreas. Propõem-se mudanças tanto nas políticas públicas como nos arcabouços legais que regem a propriedade de bens, para evitar que as mulheres dependam de suas relações com os homens (pais, maridos, irmãos, filhos) a fim de ter acesso a esses bens.

O documento reúne propostas de políticas em várias áreas: acesso aos bens naturais (água, terra, matas, rebanhos), ao capital físico (casas, construções, infra-estrutura), ao capital financeiro, a tecnologias adaptadas às necessidades (e voltadas para diminuir a carga de trabalho das mulheres), à formação profissional, à educação, aos serviços de saúde, ao trabalho remunerado e à plena participação social, além dos já comentados aspectos legais que regem as obrigações e direitos das mulheres diante da sociedade e nas relações com os homens.

No campo da saúde e nutrição

Quando o tema é especificamente a saúde vinculada com a nutrição, o papel que cabe às mulheres costuma ser o de guardiã do bem-estar dos demais membros da família. É dentro dessa perspectiva, por exemplo, que se dá ênfase às

melhorias na educação das meninas como um fator determinante da diminuição da desnutrição infantil a longo prazo. As mulheres são vistas como fundamentais nos processos de combate às carências alimentares, por sua condição tanto de gestantes (na prevenção dos problemas pré-parto) como “alimentadoras” das crianças e das famílias em geral e, nesse contexto, a questão do aleitamento materno ganha grande importância. É raro encontrarem-se documentos que estabeleçam as mulheres como indivíduos-foco das ações sem que elas estejam necessariamente relacionadas às situações acima (como gestantes e/ou nutrizes).

Como um exemplo de postura diferenciada com relação às questões de gênero, podemos citar a proposta sobre alimentação, nutrição e políticas públicas, elaborada pela Rede APM, como parte de um processo de pensar o século XXI (Le Bihan, 2001). Nessa proposta, são reivindicadas para as mulheres – além dos papéis colocados acima – melhorias em sua condição de tomadoras de decisão, bem como sua presença efetiva nas instâncias de poder (em níveis local, nacional e internacional), bem como a adoção de medidas concretas que lhes permitam obter maiores rendas pessoais. Chama-se a atenção, ainda, para o fato de que, em muitos projetos de desenvolvimento, não se leva em consideração que o possível aumento da carga de trabalho das mulheres traz efeitos contrários à proposição de melhoria em suas condições alimentares e nutricionais.

Nos movimentos sociais

Como aponta Miriam Nobre (2002), o poder público não consegue, em geral, romper com a divisão sexual do trabalho e com o lugar de mãe e esposa que foi naturalizado ao longo do tempo como sendo das mulheres. O mesmo se pode dizer das propostas dos movimentos sociais, que apenas muito

lentamente começam a vislumbrar uma outra forma de pensar as relações entre os gêneros e seu significado no concernente às mudanças nos modelos de produção e consumo da alimentação. Ao mesmo tempo, as políticas públicas ignoram as experiências construídas pelas mulheres no exercício de sua responsabilidade pela alimentação. Assim, as mulheres nem saem de seu papel tradicional nem aparecem na cena pública como sujeitos de políticas que afetam diretamente seu cotidiano. A autora lembra, por exemplo, o papel que os movimentos de donas de casa e de consumidores (onde a maioria é de mulheres) têm cumprido no questionamento dos custos e da qualidade da alimentação consumida nas grandes cidades brasileiras e a pouca importância com que são tratados tanto pelos movimentos políticos mais consolidados, como pelas instâncias públicas em geral.

Em instâncias internacionais de discussão sobre esses temas, a relação entre mulheres e segurança alimentar vem ganhando algum espaço, embora ainda continue aparecendo de forma marginal. Muito do que se avançou nesse sentido se deve à organização das mulheres camponesas e indígenas articuladas no movimento Via Campesina, que, desde 1996, vem se posicionando no debate sobre Soberania Alimentar, defendendo os direitos das mulheres como produtoras e mantenedoras de um modelo de alimentação respeitador dos costumes locais. Suas posições manifestas, relativamente à OMC, à soberania alimentar e às questões de gênero, apontam para a necessidade de que as mulheres participem em igualdade de condições nas instâncias onde se definem essas políticas.

A participação das mulheres da Via Campesina foi bem significativa em eventos como o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (FMSA), ocorrido em Cuba, em 2001, por exemplo, onde, entre as doze oficinas temáticas, houve uma sobre “O papel das mulheres na produção de alimentos”. Nessa oficina, levantou-se a necessidade de que o reconhe-

cimento do papel das mulheres nos processos políticos, econômicos e sociais relacionados com a segurança alimentar viesse a superar condições estritamente retóricas, traduzindo-se em políticas públicas apropriadas, que lhes dessem condições de trabalho digno, de acesso a créditos e tecnologias para incrementar a produção (Siliprandi, 2001). No mesmo sentido, reivindicou-se que as mulheres venham a ser consideradas nas instâncias de decisão (não apenas como “apêndices” dos maridos) como pessoas autônomas, com desejos, necessidades e propostas próprias. No documento final do Fórum, entretanto, entre trinta itens, há apenas uma breve menção sobre a necessidade de reconhecimento do papel cumprido pelas mulheres na produção, coleta, comercialização e transformação dos produtos agrícolas e pesqueiros, e na preservação e reprodução das culturas alimentares dos povos. Mas, de qualquer forma, aquele evento e seu documento final constituem expressivo avanço nos processos de abordagem organizada das questões de gênero pelo fato de declarar apoio às lutas das mulheres pelo acesso aos recursos produtivos e pelo seu direito a produzir e a consumir a produção local.

Situação semelhante ocorreu em 2002, no Fórum das Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil, paralelo ao encontro de avaliação dos cinco anos da Cúpula Mundial da Alimentação (Roma + 5). No documento final, reconhece-se o papel da mulher na produção alimentar e propõe-se o apoio às lutas por um acesso equitativo das mulheres aos recursos produtivos e pelo fim das estruturas patriarcais na agricultura. No entanto, as mulheres não conseguiram incluir referências à situação de insegurança alimentar vivida por elas próprias nem à necessidade de incorporá-las nas instâncias de decisão sobre esses temas e políticas.

É interessante notar que o documento oficial da Cúpula – formada por representantes dos governos dos países e patrocinada pela FAO – também menciona, no décimo ter-

ceiro parágrafo (entre 35), a necessidade de melhorar o acesso aos recursos produtivos (alimentos, terra, água, crédito e tecnologia) a “homens e mulheres” e reconhece como um desafio “a garantia da igualdade de gênero e o pleno exercício dos direitos das mulheres”. Aborda, ainda, a necessidade de se adotarem medidas para garantir a valorização do trabalho da mulher, com o objetivo de aumentar sua segurança econômica e seu acesso e controle sobre os bens e serviços disponíveis na sociedade.

Experiências locais

Na prática da vida cotidiana, as mulheres vêm se organizando em vários países para interferir nas políticas de segurança alimentar, como já foi colocado acima, e também têm experimentado a organização de projetos locais de abastecimento que procuram melhorar o acesso das pessoas aos alimentos, e se opõem, mesmo que em pequena escala, ao sistema agroalimentar dominante, buscando modificar a relação consumidores–produtos–produtores. Muitas vezes, elas são as protagonistas nas lutas pela socialização do atendimento às necessidades de alimentação, por meio seja de políticas de redução de preço dos produtos básicos, seja de políticas de subsídios para as populações pobres. As lutas por melhores condições de saúde, escolas, espaços de socialização das crianças nos bairros também têm conseqüências sobre o acesso à alimentação.

Esses tipos de projeto têm sido relatados, tanto em países desenvolvidos como do Terceiro Mundo, e mostram como a ação pessoal e local pode ter efeitos políticos, à medida que modifica a relação das pessoas (e, em especial, das mulheres) com a vida pública e com as instâncias de poder.

Projetos como os relatados por Deborah Moffett e Mary Lou Morgan (1999), do Canadá, em que as mulheres orga-

nizam grupos de compras diretamente dos produtores e capacitam-se para trabalhar em cozinhas comunitárias, hortas, bancos de alimentos, entre outros, mostram como pode se dar o resgate da relação entre as mulheres e a alimentação em outras bases – não como administradoras passivas do enxugamento do orçamento doméstico nem como únicas responsáveis pela alimentação da família. São experiências que mostram ser possível aliar a pressão por recursos públicos para o atendimento da população, em bases locais, democratizando as funções ligadas à alimentação e construindo uma relação mais saudável com o ato de cozinhar. Nedda Angulo (2002), avaliando práticas inovadoras em dois projetos de atendimento a populações pobres no Peru – um de restaurantes comunitários de periferia e outro de distribuição de alimentos –, mostra como a autogestão das mulheres nesses projetos avançou em relação às práticas assistencialistas e permitiu que elas tivessem ganhos pessoais e na relação com as famílias e comunidades, obrigando o próprio Estado a reconhecer e aceitar a forma como organizavam seu trabalho (aceitando remunerá-las por aquelas atividades).

No Brasil, experiências como a relatada em Costa (2002), sobre a introdução de novas práticas de alimentação escolar, integrando a comunidade escolar, familiares das crianças e o poder público local, mostram que é possível transformar um modelo de alimentação a partir do questionamento de hábitos de consumo. O trabalho centrou-se em práticas de reeducação alimentar e aproveitamento integral de alimentos, envolvendo crianças de creches e pré-escolas em um município do Estado de São Paulo (Ribeirão Pires), e teve como conseqüências não só o melhoramento da saúde e da nutrição dessas crianças e de seus familiares, como também a criação de um verdadeiro movimento pela cidadania alimentar na cidade e de alternativas de renda para grupos de mulheres que se organizaram a partir dessa proposta.

Debbie Field (1999), no artigo já citado, defende que qualquer esforço massivo para alterar as políticas alimentares será certamente importante para as mulheres, desde que as envolva como protagonistas. Entre as várias razões que sustentam essa premissa, cabe destacar as seguintes:

- As mulheres são, de fato, mais vulneráveis à insegurança alimentar, porque elas têm maior probabilidade de serem pobres. Existem dados, bastante conhecidos, sobre o aumento do número de mulheres chefes de família e sobre como a renda das mulheres é menor do que a dos homens; a renda das famílias chefiadas por mulheres também é menor do que as demais, em todo o mundo.
- As mulheres freqüentemente fazem da alimentação dos filhos uma prioridade, até colocando-se elas próprias em risco de fome e desnutrição, se for o caso. Quando o alimento é insuficiente, é preciso apoiar ainda mais as mulheres para que obtenham renda ou alimentos, a fim de assegurar a manutenção da família.
- No nível pessoal e familiar, as mulheres ainda mantêm a responsabilidade de preparo das refeições, mesmo nos casos em que elas e os homens trabalham fora de casa.

Para essa autora, a presença exagerada das mulheres “na cozinha” é um claro indicador da distância a ser superada ainda para se alcançar a equidade entre os homens e as mulheres. A dupla jornada a que elas são submetidas constitui uma ameaça para a equidade, para sua saúde e para seu bem-estar. Portanto, políticas de segurança alimentar voltadas para as mulheres podem reduzir sua vulnerabilidade à insegurança alimentar, bem como o estresse em que elas vivem, pela responsabilidade de obter e preparar a comida. Tornar os alimentos básicos acessíveis às mulheres e socializar certos aspectos da preparação das refeições (por meio de restaurantes nas escolas, centros de convivência, locais de trabalho) reduz a pressão que boa parte delas vive na construção diária da sobrevivência.

Voltando mais uma vez ao texto de Harriet Friedmann (2002), ela nos lembra que é possível construir alternativas aos padrões globais de produção e comercialização de alimentos por meio de estratégias locais, como os grupos de compras conscientes, feiras de agricultores, iniciativas de comércio justo e tantas outras experiências de grupos que, preocupados com a segurança alimentar, a degradação do meio ambiente, os direitos trabalhistas, as mulheres e a saúde, estão se articulando para propor novos conjuntos de regras para a produção e distribuição de alimentos, mais justas e democráticas. Permanecem dúvidas, no entanto, sobre até que ponto esses grupos são capazes de questionar o modelo agroalimentar dominante e realmente modificar a forma de a sociedade como um todo ver o papel e a responsabilidade das mulheres na produção e no preparo da alimentação de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos um período de transformações nos campos da produção, distribuição e nas formas de consumo dos alimentos, em que os grandes temas são a crescente industrialização dos processos produtivos agrícolas e de elaboração dos alimentos e a padronização dos hábitos alimentares, diante das exigências colocadas pela também crescente urbanização. As relações com os alimentos são cada vez mais marcadas pela posição das pessoas na pirâmide social, de forma que os que podem pagar podem obter alimentos variados, ricos em nutrientes, carregados de serviços (simbólicos e materiais); e aos outros é reservado o alimento massificado, pouco variado, inseguro quanto à sanidade biológica e nutricional; para a maioria, ainda, nem sequer é garantida alimentação suficiente e permanente, necessária para a sobrevivência.

Em qualquer desses casos, ainda recaem sobre as mulheres, urbanas e rurais, as principais responsabilidades e tarefas

relacionadas com o preparo da alimentação doméstica. Se, em alguma medida, as mudanças nos processos produtivos dos alimentos atenderam às demandas das mulheres, para diminuir a carga de trabalho na cozinha, criando produtos e/ou serviços poupadores de mão-de-obra, obviamente não atingiram todas, indistintamente. As tarefas ligadas à alimentação continuam sendo monótonas e cansativas, para a maioria das mulheres. Nos setores de classe média em que essas tarefas começam a ser compartilhadas, via de regra isso ocorre ocasionalmente, ficando os homens com a parte mais “lúdica” das tarefas – por exemplo, a comida especial do fim de semana – ou com uma etapa específica (como lavar a louça), o que não tira das mulheres o peso da responsabilidade cotidiana. Nesse sentido, os movimentos questionadores das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, embora tenham obtido enormes avanços, se comparados com os das décadas anteriores, ainda estão longe de considerar essa batalha ganha.

Na segunda parte deste artigo, mostramos como o tempo gasto com a alimentação é parte do tempo geral gasto pelas mulheres nos serviços domésticos e de cuidados, e, portanto, faz parte da problemática geral de invisibilidade desse tipo de trabalho na sociedade como um todo. No entanto, como várias autoras apontam, promover essa visibilidade apenas não basta. Os desafios que se colocam para o movimento feminista, nessa discussão, são muito mais profundos, para que não se caia na armadilha da caracterização desse espaço (da economia dos cuidados) como um *locus* exclusivamente feminino ou como parte da “natureza feminina”. O ponto principal a ser abordado, nesse sentido, exige desmistificar o quanto os estereótipos de gênero ainda reservam às mulheres o destino de “casar, ter filhos e formar uma família”, como finalidade última da vida, símbolo de felicidade e realização (por mais que isso seja matizado, nos dias atuais, com o trabalho fora de casa, o estímulo às carreiras profissionais etc.!) e como isso traz,

embutida, a idéia de que faz parte do “ser mulher”, assumir esse conjunto das tarefas de cuidado para com a família.

Procuramos mostrar, com exemplos do estado atual das lutas das mulheres, desde o nível local até as lutas internacionais, que se vive esse permanente “zigzague”: aponta-se para a necessidade do reconhecimento da responsabilidade das mulheres no campo da alimentação – e, portanto, do reconhecimento e valorização dos conhecimentos e das experiências que foram historicamente construídos por elas nesse fazer cotidiano – e, por outro lado, para a necessidade cada vez maior de se lutar para fazer com que as questões da alimentação sejam preocupações de toda a sociedade, e não apenas das mulheres. Nesse processo, nem sempre se questionam as relações de gênero que estão na base dessa segmentação, ou como e o quanto esse fato contribui para a marginalização das mulheres. Elas continuam não participando das tomadas de decisões; não sendo sujeitos das políticas; não tendo garantidas as condições para sua autonomia financeira e pessoal; e sendo vistas como instrumentos (“pontes” para se chegar à família) e não como indivíduos portadores de direitos. É uma situação visivelmente desfavorável, em que pesem as tentativas dos movimentos locais de criarem outras relações entre homens e mulheres, no campo da alimentação.

Os desafios permanecem para o movimento feminista e para os movimentos libertários em geral que compartilham a utopia de um mundo sem exploração e sem opressão: como construir um mundo em que todos tenham direito a uma alimentação saudável, digna, condizente com os hábitos e culturas alimentares, sem que isso signifique o enclausuramento das mulheres (ou de quem quer que seja) na obtenção dessa alimentação? Se comer e beber são coisas tão importantes, como fazer para que em nossa vida não se banalize isso a tal ponto que tenhamos como padrão algo tão artificial e sexista quanto “um comercial de margarina”? Como fazer para

construir um outro sonho coletivo, em que não se acredite simplesmente que tecnologias, como “microondas” e “avião”, serão capazes de acalmar os corações que sangram? E, finalmente, como resolver tudo isso sem que recaiam sobre as “amélias” as tarefas de amortizar os sofrimentos cotidianos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGULO, Nedda. *Producción de servicios de alimentación y salud para poblaciones pobres en el Perú*. <<http://www.socioeco.org>>. Acesso em: abr. 2002.
- BECKER, Gary. *A Treatise on the Family*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- CARRASCO, Cristina. La sustentabilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? In: LEÓN T., Magdalena (comp.). *Mujeres y trabajo: cambios impostergables*. Porto Alegre: REMTE, Marcha Mundial de las Mujeres, Clacso, Alai, 2003.
- y MAYORDOMO, Maribel. Tiempos, trabajos y organización social: reflexiones en torno al mercado laboral femenino. In: CARRASCO, Cristina (ed.). *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.
- CORNWALL, Andrea. Making a difference? Gender and participatory development. IDS Discussion Paper 378. s/l: Institute of Development Studies, 2000.
- COSTA, Christiane; TAKAHASHI, Ruth; MOREIRA, Tereza. *Segurança alimentar e inclusão social; a escola na promoção da saúde infantil*. São Paulo: Instituto Polis, 2002.
- FAO. Alianza Internacional contra el Hambre. *Declaración de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación: cinco años después*. Roma, 2002.
- FIDA (Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola). *Seguridad alimentaria de la familia y género; guía de consulta para el diseño de programas y proyectos*. Roma, 1999.
- FIELD, Debbie. Putting food first. In: BARNDT, Deborah (org.). *Women working the NAFTA food chain: women, food and globalization*. Toronto: Second Stories, 1999.
- FONTENELLE, Isleide A. *O nome da marca; McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- FORO DE LAS ONG/OSC PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA. *Soberanía alimentaria; un derecho para todos*. Declaración Política. Roma: FAO, 2002.

- FORUM MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. *Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria. Declaración final*. La Habana, Cuba, 2001.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 1999. (Cadernos Sempreviva)
- FRIEDMANN, Harriet. Refazendo “tradições”: mudanças na economia política da alimentação. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). *Economia feminista*. São Paulo: SOF, 2002. (Cadernos Sempreviva)
- HUISINGA NOREM, R. *ASEG Análisis Socioeconómico y de Género: marco conceptual y referencias para el usuario*. Roma: FAO, Dirección de la Mujer y de la Población, 1997.
- KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LE BIHAN, Geneviève; DELPEUCH, Francis; MAIRE, Bernard. *Alimentación, nutrición y políticas públicas*. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001.
- MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana. *Caderno Segurança Alimentar*. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001.
- MOFFETT, Deborah; MORGAN, Mary Lou. Women as organizers. In: BARNDT, Deborah (org.). *Women working the NAFTA food chain: women, food and globalization*. Toronto: Second Stories, 1999.
- NOBRE, Miriam. As mulheres e as políticas de combate à fome. *Folha Feminista*, SOF, São Paulo, n. 29, p. 3. nov. 2001.
- PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (org.). *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.
- QUIMSUMBING, Agnes and MEINZEN-DICK, Ruth S. *Empowering women to achieve food security*. Washington: International Food Policy Research Institute, 2001.
- REITER, Ester. Serving the McCostumer: fast food is not about food. In: BARNDT, Deborah (org.). *Women working the NAFTA food chain: women, food and globalization*. Toronto: Second Stories, 1999.
- SILIPRANDI, Emma. Para pensar políticas de formação para mulheres rurais. In: BRACAGIOLI NETO, A. (org.). *Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural*. Porto Alegre: Emater/RS, 1999. p. 175-187. (Série Programa de Formação Técnico-social da Emater/RS).
- . É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje? *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 2, n.

- 4, p. 16-19, out.-dez. 2001.
- . Desafios para a extensão rural: o social na transição agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, n. 3, p.38-48, jul.-set. 2002.
- VIA CAMPESINA. *Gênero*: Documento de la III Conferencia Internacional de Via Campesina 2002. <<http://www.viacampesina.org>>. Acesso em: mar. 2003.
- . *Campesinas en Seattle dicen no a la OMC*. Seattle, 3 de diciembre, 1999. <<http://www.viacampesina.org>>. Acesso em: mar. 2003.
- . Qué es la soberanía alimentaria, 5 de enero, 2003. <<http://www.viacampesina.org>>. Acesso em: mar. 2003.
- WILKINSON, John. *O futuro do sistema agroalimentar*. São Paulo: Hucitec, 1989.

DIÁLOGOS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA

Miriam Nobre*

A economia solidária se constitui em práticas alternativas à economia capitalista, que é vista não como única, mas como dominante ou hegemônica. Centrada na importância das práticas, um viés importante que ela apresenta é o resgate de experiências e de uma tradição de organização do trabalho e da produção em outros moldes que não sejam a propriedade privada dos meios de produção, a extração da mais-valia e a alienação do trabalho. Paul Singer resgata as origens da economia solidária nas experiências de sindicalistas e socialistas utópicos no século XIX como uma reação à desestruturação do trabalho e da vida dos trabalhadores na industrialização nascente (Singer, 2003: 118).

Na Inglaterra da época, foram formadas cooperativas organizando desempregados e subempregados. Essas cooperativas relacionavam-se em uma rede de trocas que respondia ao ciclo de produção, comercialização e consumo. Em 1832, Robert Owen criou em Londres a Bolsa de Trabalho (Labour Exchange), onde se intercambiavam produtos de cooperativas a preços calculados conforme o número de

* Agrônoma, mestre pelo Programa de Estudos em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Coordenadora de programas da SOF – Sempreviva Organização Feminista. Integrante da Rede Economia e Feminismo e da coordenação da Marcha Mundial das Mulheres.

horas de trabalho gastas em sua produção. (Outras bolsas com o mesmo formato foram organizadas em Birmingham, Liverpool e Glasgow.) Tendo obtido lucro no ano de 1833, ela entrou em colapso no ano seguinte, juntamente com o enfraquecimento do movimento sindical, devido a boicotes patronais.

Singer identifica um outro antecedente da atual economia solidária na cooperativa de consumo de Rochdale, também na Inglaterra, criada em 1844 por operários. Em 1864 ela chegou a ter 4.747 membros e seu capital foi investido em cooperativas de produção de trigo e têxteis. Nesse mesmo ano, no entanto, a maioria dos sócios decidiu abolir as regras de autogestão e o direito dos trabalhadores de participar do capital da cooperativa, tornando-se aos poucos uma empresa capitalista convencional.

Esses dois exemplos trazem contraditoriamente a afirmação de experiências alternativas à organização da produção capitalista e as dificuldades reais para existirem como tais. Para Singer, os trabalhadores cooperados foram sendo cooptados pela estruturação de um mercado de trabalho assalariado com uma série de direitos e pelo nascente Estado de Bem-estar Social. Essa política visando o pleno emprego foi também produto da luta sindical e de sua vertente radicalizada na autogestão e nas cooperativas de produção, crédito e consumo.

Essa história, assim contada, nos faz pensar que as primeiras experiências de economia solidária eram um assunto de homens operários. Junta-se a isso o mito de que a desestruturação do trabalho masculino e da vida da família trabalhadora se deu pela contratação massiva de mulheres pelas fábricas têxteis durante a Revolução Industrial. Aparentemente as cooperativas eram tão hostis às mulheres quanto o sindicalismo da época. E então onde estavam e o que faziam as mulheres nesse período?

Para estabelecer um diálogo com o relato de Paul Singer, resgatarei apenas as experiências de trabalhadoras inglesas

e francesas nesse mesmo período histórico, a partir do registro de três autoras: Joan Scott, Louise Tilly e Isabelle Guérin.

Joan Scott afirma que as mulheres já trabalhavam muito antes da Revolução Industrial, como criadas domésticas, empregadas na agricultura, costureiras, chapeleiras, fiandeiras, entre outras profissões. Em 1851, na Inglaterra, a primeira nação industrial, 40% das mulheres trabalhadoras eram criadas, enquanto apenas 22% se ocupavam como operárias têxteis. Apesar de não se configurar como a principal ocupação feminina, o trabalho das mulheres na indústria têxtil teve grande atenção porque era visto como um problema. As mulheres estariam entrando no terreno dos homens.

A economia política produziu argumentos para justificar algumas tarefas e funções como femininas e outras como masculinas, o que foi habilmente utilizado pelos patrões no rebaixamento do salário das mulheres. Elas não se constituíam como uma força de trabalho totalmente livre. Seu salário era, na maioria das vezes, inferior ao necessário para seu próprio sustento e no dos homens se incluíam os gastos de manutenção da família. As que viviam sozinhas estavam condenadas à miséria. Os sindicalistas, em sua maioria, procuravam proteger seus empregos e salários mantendo as mulheres afastadas de suas profissões e, a longo prazo, do mercado de trabalho. Um dos mecanismos utilizados eram as legislações protetoras do trabalho das mulheres, que restringiam suas possibilidades de emprego nas fábricas, mas não tocavam nos serviços domésticos, onde estava a maioria das trabalhadoras. Havia também as longas jornadas, o assédio e a violência sexual, e as más condições de trabalho. Nesse processo, configurou-se o que Joan Scott (1991) denomina “construção discursiva de uma divisão sexual do trabalho”.

Essa divisão sexual do trabalho reproduziu-se nas cooperativas, estando as mulheres fortemente representadas nas de consumo. Aos poucos foi se organizando a família operá-

ria: marido provedor, esposa dona-de-casa. Mas os salários dos trabalhadores eram baixos e grande parte era utilizada na compra de alimentos. No final do século XIX cresceram as cooperativas de consumo de alimentos organizadas por mulheres, como a Women's Cooperative Guild, criada em 1883, que chegou a ter 67 mil membros em 1930. As mulheres conseguiam menores preços para os produtos da cesta básica e se organizavam em turnos de trabalho para administrar e fazer funcionar a cooperativa.

“O apelo do movimento cooperativista era o de envolver permanentemente as mulheres (em oposição à sua participação temporária no mercado de trabalho) e também mobilizá-las politicamente. O movimento cooperativista inglês apoiava o Partido Trabalhista. As mulheres participantes tornaram-se ativistas de questões como educação, saúde e maternagem.” (Tilly e Scott, 1989: 207).

Para Isabelle Guérin (2003a:12), as mulheres sempre estiveram presentes nos modos de organização cooperativista, embora sua contribuição ao movimento associativo francês do século XIX e da primeira metade do século XX seja usualmente esquecida. As práticas associativas das mulheres, fossem elas de inspiração cristã ou laica, tinham geralmente por objetivo “educar” o povo, mas sobretudo responder pragmaticamente às necessidades dos mais pobres: tuberculose, moradias insalubres, analfabetismo. Algumas dessas iniciativas eram portadoras de um verdadeiro projeto coletivo de sociedade. Assim, as mulheres inventaram profissões do trabalho social, como o serviço social, e os centros de assistência, e lutaram pelo atendimento à demanda de políticas públicas, como a licença maternidade e a eliminação do trabalho infantil.

O destino dessas experiências não foi descrito pelas autoras, mas provavelmente não foi o mesmo daquelas resgata-

das por Paul Singer. O mercado de trabalho formal e o Estado de Bem-estar, que se articulam na política de pleno emprego, nunca consideraram as mulheres como sujeitas e, portanto, não havia para elas a possibilidade de serem cooptadas.

Certamente o crescimento da oferta de emprego assalariado para as mulheres e sua própria decisão de buscar um emprego diminuíram o peso do trabalho comunitário como sua única possibilidade de participação na sociedade. Mas o direito das mulheres ao emprego ainda não foi assegurado. No Brasil, em 2001, quase 37 milhões de mulheres não eram consideradas parte da PEA (população economicamente ativa). E, desde que as políticas de ajuste estrutural impuseram o corte de gastos públicos sociais, o trabalho comunitário vem sendo mais uma vez delegado às mulheres, tendência que se expande neste momento do capitalismo em que Estado e mercado se desobrigam completamente das atividades que não são rentáveis para eles, como a educação e a saúde. Nesse contexto, o risco é de que a divisão sexual do trabalho se configure em um discurso que afirma o pleno emprego para os homens e a economia solidária para as mulheres.

ELEMENTOS DA AGENDA FEMINISTA NO DEBATE ECONÔMICO

Mesmo considerando a contradição acima expressa na realidade, de que a economia solidária seja um assunto só das mulheres, é necessário seguir o debate para construirmos novas práticas econômicas. Para isso, a economia solidária deve assumir a agenda feminista de romper com a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho, e ampliar a noção de trabalho (Nobre, 2003: 209-211).

Helena Hirata e Philippe Zarifian (2003: 68) propõem superar a separação e a hierarquia entre as atividades hu-

manas que atendem às necessidades de subsistência humana, com as quais se produzem coisas efêmeras, destinadas a serem destruídas pelo consumo, e a obra do *Homo faber*, que produz bens duráveis destinados a tornar o mundo habitável e engendrando a cultura. Essa é a chave para compreender a desvalorização do mundo da reprodução e das tarefas que o envolvem. Como diz Robert Kurz (2003: 21), o capitalismo é uma ameaça para a humanidade, porque só considera como trabalho válido o que produz lucro até um nível de rentabilidade dado. As “necessidades não-rentáveis” ou a “parte da vida inválida de viver do ponto de vista capitalista” são relegadas ao trabalho não-remunerado das mulheres. O trabalho invisível das mulheres é um recurso inesgotável do sistema, assim como a natureza, quando considerada de um ponto de vista antropocêntrico.

As economias estatais dos países soviéticos e do Leste europeu, por sua vez, não romperam com esse paradigma, o que foi, sem dúvida, um de seus pontos frágeis. Como nos conta Margaret Randall (apud István Mészáros, 2002: 209):

“Na verdade nem as sociedades capitalistas, que tão falsamente prometem igualdade, nem as sociedades socialistas, que prometeram igualdade e até mais, adotaram a bandeira do feminismo. Sabemos como o capitalismo coopta qualquer conceito libertador, transformando-o em *slogan* utilizado para nos vender o que não carecemos, onde as ilusões de liberdade substituem a realidade. Agora me pergunto se a incapacidade do socialismo de abrir espaço para a agenda feminista – para realmente adotar esta agenda à medida que emerge naturalmente em cada história e cada cultura – seria uma das razões pelas quais o socialismo não poderia sobreviver como sistema”.

A economia solidária estaria disposta a construir novas práticas que reorganizem não só a produção de bens, mas a própria “produção do viver”?

ELEMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA QUE NOS AJUDAM A ENFRENTAR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Isabelle Guérin (2003a: 14-16) propõe três contribuições da economia solidária que colocaremos em diálogo com as contribuições do feminismo. São elas: a utilização de recursos variados, o foco nas necessidades humanas e a constituição de espaço onde as pessoas podem criar e exercitar direitos em uma justiça da proximidade.

A economia solidária reconhece que necessita de recursos, não só os comprados no mercado, mas também os não-monetários. Ela reconhece, por exemplo, que as relações de confiança em um grupo são fundamentais para que esse grupo funcione e dê certo. E como se constroem as relações de confiança? Quanto tempo deve ser despendido em reuniões, conversas? Quantos gestos de solidariedade real são necessários? Esses recursos são de difícil mensuração e nos remetem às práticas de reciprocidade no interior do grupo.

Pelo modo como nossa sociedade se organiza hoje, grande parte das relações de reciprocidade é mantida graças ao tempo e à dedicação das mulheres. São elas que mantêm a coesão da família, as relações de vizinhança e nos locais de trabalho. Esse é um recurso fundamental também para o funcionamento da economia capitalista, que já estaria destruída se, na vida real, só houvesse a competição como matriz de relação entre as pessoas.

Uma pesquisa do Seade/Dieese sobre a forma como as pessoas encontram emprego mostrou que 70% dos que conseguiram o fizeram por meio de indicação de amigos e familiares. O capital não se dispõe a arcar com os custos de um sistema de informações ou com os riscos de contratar alguém sem referências e repassa esses custos às relações de reciprocidade. Entretanto refiro-me aqui à reciprocidade não apenas como um valor, mas como um recurso que se mate-

rializa em horas de trabalho e gasto de energia, em geral das mulheres.

Ao desvelar a importância da reciprocidade, nivelando-a à dos demais recursos de produção, a economia solidária contribui para que as tarefas que concretizam as relações de reciprocidade sejam reconhecidas no conjunto da sociedade e partilhadas igualmente por homens e mulheres.

As práticas de economia solidária não têm como objetivo a acumulação de capital, mas a resposta às necessidades cotidianas. Coloca, assim, em debate o que são essas necessidades e valoriza as atividades de cuidado do outro. A economia dominante, e sua ideologia expressa na economia neoclássica, tem um pressuposto de que os homens são como fungos – nascem prontos – e desconsidera que, em grande parte da nossa vida (na infância, na velhice e quando adoecemos), dependemos de alguém, geralmente de uma mulher.

Valorizar o cuidado é pensá-lo de forma política, e não como uma virtude naturalizada como feminina ou como algo que se resolve no âmbito da família. É necessária uma responsabilização coletiva do cuidado e uma divisão igualitária das tarefas pertinentes. Tomando por base um dos princípios da economia solidária – restringir a esfera do mercado apenas à troca de bens e serviços –, Isabelle Guérin (ibid.) propõe que a melhor forma de politizarmos a divisão do trabalho doméstico não é estabelecendo paralelos com o mercado, mas pensando-a, assim como o cuidado com o outro, como uma fonte de crescimento pessoal, de sermos pessoas melhores. Como se propõe ressignificar o trabalho pelo que ele nos proporciona de crescimento pessoal, e não por sua medida mercantil (seu valor de troca), a economia solidária pode contribuir para o debate e as práticas de divisão do trabalho doméstico.

Os grupos de economia solidária funcionam como espaço de intermediação entre o Estado, o mercado e a família. Há um debate histórico no feminismo sobre a existência de

uma separação entre o público e privado, na qual é atribuído aos homens o espaço público e às mulheres, o privado. Ainda segundo Isabelle Guérin (ibid.), os grupos de mulheres de economia solidária quebram essa separação, estabelecendo uma nova intermediação entre Estado, mercado e família. Para começar, ela se pergunta: qual a capacidade que o mercado e o Estado têm de responder a nossas necessidades cotidianas? O mercado capitalista não tem o atendimento das necessidades humanas como seu principal objetivo, mas como uma forma de produzir acumulação de capital, muitas vezes criando para isso necessidades e negando outras, mesmo as mais vitais. E o Estado? Temos como referência o Estado de Bem-estar Social, forma que mais se aproximou da resposta a demandas como pleno emprego masculino, saúde, educação e previdência. Mas a experiência real desse modelo de Estado foi muito pequena no tempo e na geografia. Concentrou-se no pós-guerra e nos países do chamado Primeiro Mundo que drenavam recursos dos países do Sul por meio de um comércio internacional de bases injustas e, posteriormente, por mecanismos financeiros.

Além disso, o Estado capitalista tende a uma justiça homogeneizadora, a partir de uma idéia de que o universal é a expansão dos interesses e experiências particulares de homens brancos, ocidentais e proprietários. Como nos conta Daniëlle Kergoat (2000: 60) o que nos aparece como universal são normas que foram construídas em uma determinada correlação de forças em que dominam os homens brancos ocidentais. A questão é se os grupos de economia solidária, ao criar novas práticas de gestão, uma nova cultura do trabalho e mesmo uma contracultura em termos de como se produz e de como se consome, podem ser um canteiro de experimentos de relações não-hierárquicas, de fortalecimento da autonomia e de constituição de direitos. Isabelle Guérin (2003b: 68) aposta em que os grupos, ao exercitarem formas de justiça mais

próximas da realidade concreta das pessoas, contribuam para a formulação do que é o interesse geral e o universal.

COMO CONCLUSÃO

Existem muitos grupos de mulheres que se iniciam como forma coletiva de resolver problemas emergenciais de alimentação e cuidado das crianças. São arranjos que as mulheres realizam diante de situações de extrema precariedade. O fato de não querermos que essas situações perdurem ou de as políticas públicas as considerarem como um dado, sem se proporem alterar o cotidiano dessas mulheres, não deve nos impedir de ver que assim, muitas vezes, são geradas práticas inovadoras. Cabe a nós escutar com atenção as falas das mulheres nelas envolvidas, articulá-las em um conjunto de experiências e no debate econômico mais amplo para ampliar seu significado. Porque, para o feminismo e para a economia solidária, o presente é matéria-prima da ação política. No feminismo temos como horizonte a igualdade e a autonomia das mulheres e a superação das relações de poder dos homens sobre as mulheres. Atuamos para nos transformarmos e para transformar as relações interpessoais hoje, ao mesmo tempo em que lutamos por mudanças estruturais na sociedade, na economia, na cultura. A economia solidária também se propõe superar a economia capitalista e a sociedade que a alimenta, e o faz a partir da constituição de novas práticas econômicas que interpelem as práticas sociais dominantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUÉRIN, Isabelle. *Femmes et économie solidaire*. Paris, La Découverte, 2003a.
 ———. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs.). *Trabalho*

- e cidadania ativa para as mulheres. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003b.
 HIRATA, Helena e ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
 KERGOAT, Daniëlle. Divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
 KURZ, Robert. “Não rentáveis, uni-vos”. *Carta Capital*, 22 de outubro de 2003.
 MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo/Campinas, Boitempo/ Editora da Unicamp, 2002.
 NOBRE, Miriam. Mulheres e economia solidária. In: CATTANI, Antônio (org.). *A outra economia*. Porto Alegre/São Paulo, Veraz/Unitrabalho, 2003.
 SINGER, Paul. Economia solidária. In: Cattani, Antônio (org.). *A outra economia*. Porto Alegre/São Paulo, Veraz/Unitrabalho, 2003.
 SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michèle. *História das mulheres. O século XIX*. Porto/São Paulo, Afrontamento/Ebradil, 1991.
 TILLY, Louise and SCOTT, Joan: *Women, work and family*. New York/Londres, Routledge, 1989.

CONHEÇA A SOF

A SOF é uma organização não-governamental feminista que atua desde 1963. Seu objetivo é contribuir para a construção de uma política feminista articulada ao projeto democrático-popular, que transforme as relações de gênero e favoreça a autodeterminação das mulheres. Seus temas mais importantes são as relações sociais de gênero, as políticas públicas de gênero, a saúde da mulher, os direitos reprodutivos. Tais temas desenvolvem-se nas seguintes linhas de atuação: formação feminista; assessoria e acompanhamento de políticas públicas; publicação e difusão de reflexões e análises; construção e articulação do movimento de mulheres e da sociedade civil.

Publicações recentes

- *Mulher e Saúde*. Boletim trimestral, 28 números editados desde 1993. Temas de saúde da mulher, sexualidade e direitos reprodutivos.
- *Folha Feminista*. Boletim mensal, 39 números editados. O movimento feminista e a situação das mulheres no Brasil e no mundo.
- *Esterilização Feminina*. Livro com informações e reflexões sobre o assunto, 92 p., editado em 1994. Guia de trabalho para debates e formação.
- *Gênero e Desigualdade*. Primeiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 52 p., editado em 1997. Aborda a construção das relações sociais de gênero e sua dinâmica.
- *Gênero e Agricultura Familiar*. Segundo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 68 p., editado em 1998. Analisa a dinâmica das relações de gênero na agricultura familiar e o tratamento dado ao tema pelos movimentos sociais.
- *Saúde das Trabalhadoras*. Terceiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos, 80 p., editado em 1998. Enfoca a situação das trabalhadoras e a

forma como se inserem no mercado de trabalho, considerando sobretudo a maternidade e as limitações impostas aos seus projetos profissionais.

- *Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista*. Quarto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 60 p., editado em 1998. É composto de três textos que analisam a construção histórica da sexualidade, propondo uma visão crítica do modelo dominante e apontando elementos e condições que permitirão, a homens e mulheres, viverem uma sexualidade mais livre e menos definida pelo gênero.
- *Gênero e Educação*. Quinto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 76 p., editado em 1999. Seus textos tratam das políticas educacionais, indagam sobre o papel da escola na construção de identidades de gênero e discutem experiências na implantação de programas de consciência de gênero e educação sexual.
- *O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias*. Sexto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 120 p., editado em 1999. O trabalho das mulheres no contexto da hegemonia do neoliberalismo é o enfoque deste Caderno, mediante análises sobre a globalização, o trabalho doméstico e estudos de caso nos universos urbano e rural.
- *Mulheres, Corpo e Saúde*. Sétimo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos, 72 p., editado em 2000. Debate as relações entre as atuais estratégias de controle do corpo das mulheres e a fragmentação da saúde.
- *Gênero nas Políticas Públicas*. Oitavo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 104 p., editado em 2000. Focaliza essencialmente as relações entre o feminismo e o Estado, abordando o contexto sócio-político das políticas públicas de gênero.
- *Economia Feminista*. Nono volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 103 p., editado em 2002. Apresenta os paradigmas da teoria

econômica e introduz a experiência concreta das mulheres, mostrando como o modo de as pessoas operarem no mercado não é unicamente racional e autônomo, mas marcado por desigualdades, normas culturais preconceituosas e relações de opressão e exploração.

Vídeos

- *Laqueadura: caminhos e descaminhos* (1993, 30 min, dir. de Jacira Melo e Silvana Afram). Apresenta o tema da esterilização feminina, hoje a prática mais usada no Brasil para evitar a gravidez. Informa e estimula o debate.
- *Aborto: fatos da vida* (1996, 24 min., dir. de Jacira Melo e Márcia Meirelles). Aborda aspectos morais, éticos, religiosos. Enfatiza a necessidade de atendimento público. Debate descriminalização e legalização.
- *Gênero, mentiras e videoteipe* (1996, 20 min, dir. de Lucila Meirelles). De maneira descontraída e bem-humorada, procura mostrar como as pessoas são educadas para serem homem ou mulher. Produção da SOF, Instituto Cajamar e TV dos Trabalhadores, com apoio da Croccevia.

Outros materiais

A SOF produz folhetos, cartazes, programas de rádio e outros materiais para campanhas específicas.

Informações, assinaturas e pedidos

Tel./fax: (11) 3819-3876 ou por carta à
SOF Sempreviva Organização Feminista
Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros
CEP 05417-080 São Paulo SP Brasil
correio eletrônico: sof@sof.org.br
<http://www.sof.org.br>